

É PRECISO CUMPRIR PORTUGAL

O Presidente da República afirmou que “vivemos um tempo de trincheiras”, durante as comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, 10 de Junho, em Angra do Heroísmo, Açores. A ADFA, que também participou neste evento nacional, afirma que, para cumprir Portugal e a esperança de que o Chefe do Estado falou, também é necessário encerrar definitivamente o dossiê da Guerra Colonial e tal só poderá concretizar-se com a reparação moral e material do sacrifício dos deficientes militares, muitos dos quais ainda aguardam que lhes seja feita justiça.

Delegações em acção Págs. 5 a 10

**Parabéns às Delegações
de Bragança e Coimbra** Págs. 8 e 9

Revisão estatutária Págs. 15

Encontro Nacional de Combatentes
Pág. 12

**Dia de Portugal, de Camões
e das Comunidades Portuguesas**
Págs. 13

Legado associativo
Património material e imaterial da Associação
Págs. 3, 16 a 19 e 21

Representatividade e direitos
ADFA contacta entidades Págs. 12 a 15 e 24

Livros



UM LUTO PORTUGUÊS
– GOA NA CRISE FINAL
DO IMPÉRIO

Autor: Valentim Alexandre
Edição: Temas e Debates, Lisboa, Fevereiro de 2026, 558pp

Valentim Alexandre é um estudioso e investigador sobre a História Contemporânea de Portugal, com especial enfoque no último período do império ultramarino, designadamente na Guerra Colonial. Deste labor resultaram, entre outras, *Contra o Vento – Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*; *Os Desastres da Guerra – Portugal e as Revoltas em Angola (1961: Janeiro a Abril)*; *no Fio da Navalha – Portugal e a Defesa do Império (1961: Abrim a Novembro)*. Na presente obra, o autor mergulha nos últimos anos do Estado Português da Índia, desde o surgimento do nacionalismo goês e a independência da Índia Britânica, em 1947, que passou a ser União Indiana, passando pelos movimentos internos autonomistas sob a influência de forças políticas do novo país, até ao desenlace final com a invasão e ocupação dos territórios portugueses, em Dezembro de 1961. “A partir do movimento *Quit India*, em 1942, começou a tornar-se cada vez mais evidente que se aproximava a data em que a Índia se tornaria independente – evento que, nas análises dos nacionalistas goeses pró-indianos, sempre fora visto como decisivo para o destinos dos territórios de Goa, Damão e Diu.” (pg 43). As autoridades de Lisboa, incluindo Salazar, tentaram tapar o sol com a peneira, reagiram mas não se afastaram da mística da missão que estava reservada a Portugal no mundo desde a aventura das descobertas: ser o garante dos valores ocidentais, tendo Goa, a Roma do Oriente, como ponta de lança dessa missão. Há muito que se vinha impondo um estatuto especial para Estado Português da Índia, que não se coadunava com o Estatuto do Indígenato, em vigor no Império Português: “Pendente ficava a questão da outorga de um estatuto à Índia Portuguesa, que ganhara um lugar central na vida política de Goa. Logo após tomar posse, o encarregado do Governo, Mendonça Dias, prometeu que tal se faria o mais rápido possível, e nomeou nova comissão para elaborar o respectivo projecto, agora com 17 membros, incluindo Bruto da Costa. Mas, na sua primeira reunião, a 26 de Agosto de 1947, foi proposto que o processo fosse entregue a uma comissão escolhida por eleição popular.” (pg 86). Como não se chegou a consenso sobre a forma de eleição da dita comissão, “O processo ficou

suspenso (como as autoridades portuguesas desejavam)...” (pg 86). Na década de 50 do século XX, a pressão anti-portuguesa tornou-se mais visível dentro e fora dos territórios portugueses. Neru, o presidente da Índia, como militante do movimento pacifista, manteve sempre um discurso moderado em relação à questão da Índia Portuguesa e, apesar de não se terem estabelecido relações diplomáticas abertas, estabeleceram-se Legações dos dois países nas respectivas capitais. Como Portugal não cedia, os movimentos nacionalistas foram-se multiplicando, e os movimentos de massas sobre os territórios, de cariz pacifista, passaram a ser uma realidade. Foi na sequência de uma dessas ondas humanas, os *Satyagraha*, que Portugal perdeu o controlo dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, em meados de 1954. Em consequência, a pressão dos movimentos cresceu imenso: “Perante esta situação crítica o Governo de Salazar reagiu em três níveis: no quadro interno promovendo uma campanha nacional de repúdio dos ataques, imputados à União Indiana; no âmbito do conflito com a União Indiana, debatendo e concertando a estratégia a seguir, nomeadamente quanto à defesa militar; na política externa reforçando as pressões sobre os países amigos e aliados, reclamando o seu apoio no confronto com Nova Deli.” (pg 150). Todas as medidas tomadas por Lisboa, tendentes a serenar os ímpetus autonomistas, não passaram de meros paliativos, com a agravante de a guerra em Angola, iniciada em Março de 1961, estar cada vez mais acesa. Nem a defesa de Goa foi significativamente reforçada, nem os aliados e amigos se mostraram verdadeiramente empenhados em ajudar Portugal, mesmo invocando velhas alianças. Falhando a acção diplomática, nada mais restou a Neru do que ordenar a invasão, em 18 de Dezembro de 1961. A Salazar também nada mais restou do que o célebre e extenso radiotelegrama enviado, a 14 de Dezembro, ao Governador-Geral da Índia, General Vassalo e Silva, de que se transcreve a seguinte passagem: “É horrível pensar que isso possa significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício como única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo a possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos.” (pg 348). Terminadas as acções militares no terreno, o autor faz um balanço bem documentado das operações nas várias parcelas do território (Goa Damão e Diu) e das consequências da situação resultante. Salazar tentou esconder a hecatombe, lançando mão de uma forte campanha nacional de exaltação patriótica tendente a minimizar os estragos. Quanto ao repatriamento dos prisioneiros portugueses, militares e civis, tudo se encaminhava para que o mesmo se fizesse no mês de Janeiro de 1962, o mês seguinte ao da invasão. Porém, o Governo Português entendeu usá-los como medida de pressão para obtenção de vantagens eco-

nómicas em negócios que a comunidade indiana em Moçambique dominava, comunidade essa que estava, na sua maioria, internada em campos de concentração naquele território. Como moeda de troca da sua libertação e repatriamento, exigia-se que o comércio e exportação de cajú, nomeadamente, passasse para controlo português. Ultrapassadas estas dificuldades, ficaram reunidas as condições para, a dois de Maio, se iniciasse o regresso dos prisioneiros, que somavam 4.656, a bordo dos paquetes Vera Cruz, Pátria e Moçambique. Valentim Alexandre, valendo-se de reportagens da época e de relatos posteriores de alguns militares prisioneiros, relata assim o final desta “odisseia”: “Por contraste, a homenagem prestada a este grupo acentuava a forma humilhante como eram tratados os restantes militares vindos da

Índia, aos quais não se facultava sequer o contacto imediato com os familiares que os tinham vindo esperar.” (pg 462). O grupo a que se refere o autor era constituído pela guarnição do “aviso” Afonso de Albuquerque, cuja “actuação heroica” era destacada: “Vinda no Vera Cruz, desembarcou logo após a atracação, sendo conduzida à Doca da Marinha, onde teve uma ‘carinhosa recepção’ por parte do Ministro da Marinha, ‘bem como dos altos comandos, dos oficiais e familiares’.” (pg 462). Os outros desembarcaram sob forte aparato de segurança, aparato esse que se “prolongou no transporte dos militares para as respectivas unidades, por caminho de ferro, objecto de uma apertada vigilância pelas autoridades policiais nas estações e apeadeiros por onde passavam.” (pg 462).

Por José Diniz

Associados Falecidos



José Mourato Cotrim, associado 10137, natural da freguesia de Alplhão do concelho de Nisa, residente na União de freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena do concelho do Barreiro. Serviu na CCaç 618 do BCaç 619, na Guiné onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 08 de Janeiro de 2022 com 78 anos.



João Correia Colaço, associado 7602, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira do concelho de Lisboa, residente na freguesia de Corroios do concelho de Seixal. Serviu na CCaç 613, em Moçambique onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 08 de Janeiro de 2026 com 84 anos.



Luis Serrenho Madaleno, associado 16474, natural e residente na freguesia de Relvas e Santa Catarina do concelho de Caldas da Rainha. Serviu CCaç 105(?), em Angola onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu 05 de Maio de 2026 com 75 anos.



Joaquim Pereira Araújo, associado 12411, natural da freguesia e concelho de Arcos de Valdevez, residente na freguesia de Alto do Seixalinho do concelho do Barreiro. Serviu na Companhia nº.4 de Fuzileiros, em Angola, e no Pelotão de Reforço de Fuzileiros. na Guiné onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 09 de Maio de 2026 com 87 anos.



José da Encarnação Rodrigues, associado 11413, natural da freguesia de Aljubarrota (Prazeres) do concelho de Alcobça, residente na freguesia de Olheiros e Aljubarrota do mesmo concelho. Serviu na CCav 34 57 do BCav 3862, em Angola onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 21 de Maio de 2026 com 75 anos.



António da Silva Bonifácio, associado 3246, natural e residente na freguesia de Unhais da Serra do concelho da Covilhã. Serviu no BArt 147, em Angola onde foi ferido em serviço de campanha. Faleceu a 28 de Maio de 2026 com 85 anos.



Manuel Malam Sanhá, associado 13452, natural de Farim, Oio, na Guiné, residente na freguesia de Mina de Água do concelho de Amadora. Serviu na 15ª Companhia de Comandos, na Guiné onde foi ferido em serviço de campanha (Operação Mar Verde). Faleceu a 28 de Maio de 2026 com 77 anos.



José Pereira Cardoso, associado 8902, natural e residente na freguesia de S. Romão do concelho de Armamar. Serviu na CArt 636 do BArt 639, em Moçambique onde foi ferido em acidente de viação numa missão de patrulhamento. Faleceu a 03 de Junho de 2026 com 84 anos.



Laurinda Rodrigues Almeida Figueiredo, associada 17999, natural e residente na freguesia de Sul do concelho de São Pedro do Sul. Era viúva do associado António de Figueiredo. Faleceu a 04 de Junho de 2026 com 73 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

JOSÉ MANUEL SILVA FERNANDES • FIRMINO RODRIGUES CABRAL PASSO • AMADEU OLIVEIRA MARTINS • FERNANDO ELÓI COSTA • MARIA ISABEL CARVALHO BRANCO MARQUES • INÁCIA DE JESUS SOUSA LUZ • ANTÓNIO SANTOS BASÍLIO



Editorial

Construir o legado

Por Direcção Nacional

“Vivemos um tempo de trincheiras. As ansiedades que sentimos na economia, na geopolítica, na segurança das cidades, na protecção dos mais desfavorecidos, nas questões muito concretas da vida das pessoas reais, criam esse impulso de fechar fileiras, de escolher um lado, de erguer muros”. Estas palavras são do Presidente da República, António José Seguro, durante as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, 10 de Junho, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, Açores. O Comandante Supremo das Forças Armadas falou daquilo que nos preocupa e aflige e que não acontece só aos outros. Levou-nos a ponderar sobre o que queremos ser e sobre que futuro estamos a construir. E deixou uma mensagem sobre as “palavras do meio”, incluindo no seu discurso a tolerância, a disponibilidade, a aproximação, a criação de pontes entre as pessoas, entre as ideias, num vislumbre do que pode ser a esperança, como “antídoto para o vírus da polarização que tende a substituir a argumentação, o debate e a negociação”.

Na ADFA também pensamos assim, ainda mais quando nos dedicamos à preparação do nosso legado. É no encontro de ideias e de pessoas que temos construído a nossa Casa, a nossa história, e é nessa perspectiva que vamos transmitir o nosso legado e memória aos vindouros.

O trabalho que organiza esse legado está em curso, alinhando o património material e imaterial da nossa Associação com a missão de continuar a marcar pela positiva a sociedade portuguesa. O nosso legado associativo e institucional também é feito dos episódios mais marcantes, que têm sido testemunhados pelos intervenientes, associados que partilham essa memória e a sua experiência de vida. Exemplo disso é a secção “Episódios”, que traz ao presente antigas histórias do ELO e da própria ADFA. Outro exemplo é o noticiário que o ELO publica mensalmente. A dinâmica associativa, vivida nas Delegações, em cada aniversário, nas reuniões de associados, em todos os encontros que também integram as famílias e os amigos. Nas nossas Delegações mantém-se vivo o

espírito associativo que nos anima e que contribui para que o trabalho sobre o nosso legado continue, agora num grupo mais alargado.

O nosso legado será também a revisão estatutária que concretizarmos, agora que o grupo de trabalho prepara a continuidade desta missão para que entre no âmbito das Delegações.

Mensalmente, a ADFA marca a sua posição firme na sociedade portuguesa através das reuniões e eventos em que a DN exerce a sua função de representante do todo associativo nacional, defendendo os direitos dos associados e dos deficientes militares em geral, num trabalho intenso e incessante. Exemplo desse esforço é a reunião de trabalho realizada na Direcção-Geral de Recursos Humanos da Defesa Nacional.

É desta forma que, no início do período das férias de Verão, a ADFA mantém renovada expectativa de que o seu Caderno Reivindicativo possa vir a ser solucionado, encerrando gradualmente os derradeiros capítulos da Guerra Colonial.

Episódios

O “Avô” do Restaurante da ADFA

Por José Diniz

Habitados à vida no mato, por terras de Angola, Guiné e Moçambique, onde o desenrascanço era lei, não foi difícil aos dirigentes e colaboradores mais assíduos dos primeiros tempos da ADFA lançarem mão dos mais variados esquemas para a nossa instituição se afirmar e consolidar. E foi muito graças a esse espírito solidário do desenrascanço que a ADFA se implantou tão rapidamente no terreno e na mente das pessoas.

Vem isto a propósito de uma faceta bem mais prosaica do que os momentosos problemas da Associação naquela época heroica. Falamos da instalação de um bar e refeitório na sede nacional, Palácio da Independência. O fotógrafo também estava lá, mas vou passar a palavra ao nosso querido Vítor Sengo que foi uma testemunha vivencial e nos vai contar como foi:

“Ressalvando algum pequeno lapso, vou contar como “nasceu” o refeitório-ADFA.

Havia no Palácio da Independência um bar que era orientado pelo Toni.

Existia também um estúdio de fotografia que era da responsabilidade do Terras e do Farinho Lopes.

Eu e mais uns camaradas, socializávamos com os camaradas que se deslocavam para comprarem a comida para os “comensais”.

Certo dia, em conversa com o Toni, falou-se que seria bom a ADFA ter um refeitório. O Toni disse que sabia cozinhar, só não tinha como o fazer.

Não me lembro bem como foi resolvida a situação.



Julgo que foi o Caldas que perguntou o que é que ele precisava:

- Pratos, panelas e demais utensílios.

Não me recordo bem de quem foi a ideia, o que é certo é que houve uma deslocação a um quartel que forneceu tudo o necessário para que o refeitório funcionasse.

E assim foi.”

E o ELO também estava lá e deu testemunho dos trabalhos de instalação do novo espaço restaurativo (ELO n.º 33, de 16Abr1976, pág. 6):

“Devido ao estado altamente inflacionário que se tem vindo a exercer sobre qualquer tipo de sociedade, muito particularmente as de cunho capitalista, existe a necessidade dos trabalhadores de qualquer empresa, seja privada ou pública, se organizarem no sentido de

velarem pelos direitos e regalias sociais que lhes assistem. Os trabalhadores da sede da ADFA também sentem tal inflação, para más situações em pleno centro da cidade, e, como tal, decidiram desenvolver esforços no sentido de ser criado um refeitório na sede, não só para servir trabalhadores como também associados. Assim, os trabalhos que estão em curso, pois conta-se já com o apoio do E. M. Exército para as obras a realizar bem como com o apoio da Força Aérea que forneceu material e utensílios para servir cerca de 80 pessoas. Esperamos que efectivamente não demore muito a funcionar em pleno o refeitório, pois virá amenizar certas dificuldades, muito especialmente dificuldades monetárias, com que em geral os trabalhadores da ADFA se debatem.”

COLUNA DO ZANGÃO

Quase de férias

“Os interesses comuns do género humano são enumeráveis e ponderáveis, porém a maquinaria política existente obscurece-os, por causa da luta em torno do poder entre diferentes nações e partidos. Máquina diferente, que não exigisse modificações legislativas ou constitucionais, e que não fosse muito difícil de criar, minaria a fortaleza da paixão nacional e partidária e focalizaria a atenção sobre medidas benfazejas a todos, em vez de concentrá-la em prejudicar o inimigo.

No meu entender, é por esta directriz, e não pelo Governo nacionalmente partidário, que se encontrará a saída dos perigos que actualmente ameaçam a civilização. O saber existe, e a boa vontade; ambos, porém, continuarão impotentes enquanto não possuírem órgãos próprios para se fazerem ouvir.”

Bertrand Russell, in ‘Ensaio Cépticos: A Necessidade do Cepticismo Político’

Caros leitores, congratulemo-nos.

Segundo notícias vindas a lume, os acessos aos cuidados de saúde vão aumentar consideravelmente. O primeiro Centro de Saúde Privado vai iniciar a sua actividade no início do mês de Agosto e vai dar médico de família a cinco mil utentes do Serviço Nacional de Saúde, em Torres Vedras.

Seguir-se-á Silves e estão previstos Centros de Saúde em Lagos, Albufeira, Loulé e Portimão.

Com Centros de Saúde Privados, espera-se que os turistas mais endinheirados sejam devidamente consultados e curados de qualquer maleita que possa prejudicar a sua saúde durante as férias.

Do alto da minha ignorância, pergunto:

Alguém, incluindo políticos, pode explicar ao Povo, de forma perfeitamente compreensível, porque é que há países que podem ter todo o tipo de armamento, incluindo armas nucleares com o “*ar mais inocente*” e outros são impedidos de ter acesso ao, mesmo tipo de armamento? Será que uma parte da humanidade se deverá opor à outra parte?

O Zangão bem sabe que estamos a viver tempos muito conturbados e nós, os portugueses de brandos costumes, vamo-nos ficando muitas vezes pelo “*deixa andar*” e, quando nos apercebemos da real dimensão dos acontecimentos, já é tarde de mais.

Como se não bastassem todos os acontecimentos, que não deveriam ter existido, tais como maus tratos às pessoas mais vulneráveis, idosos, crianças, doentes e outras pessoas portadoras de patologias assaz agressivas.

Já se vai alvitando a possibilidade da existência de praias privativas no nosso País.

Desde quando é que o património de um País pode ser objecto de exclusividade de outro País? Sim, refiro-me à movimentação de algumas pessoas para a possibilidade de terem praias exclusivas. Se tal acontecer, será uma situação muito difícil de compreender.

Para finalizar:

Um responsável pela governação declarou que o seu Partido está casado com o povo.

O Zangão ficou, primeiramente, muito agradado, mas depois pensou: não recebi nenhum convite, apesar de querer ofertar o tradicional anel. Não sei onde será o “*copo de água*”. Não sei se o desenlace será com comunhão de bens, ou não. Se será um casamento religioso, ou apenas pelo civil. Será que os nubentes estão mutuamente solidários?

A todos os camaradas e respectivos familiares, o Zangão deseja uma óptimas férias.

Grande abraço!

DELEGAÇÕES CONTACTOS

Açores

Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel - 9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança

B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d'Água 5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco

Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6.º F
3000-177 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644 / 917 770 241

Évora

Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão

Estação Rodoviária - Loja 7
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323 / 919 594 527

Faro

Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa

Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira

Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto

Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal

Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu

Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu | secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com



RAINHA SANTA
RESTAURANTE & SNACK-BAR

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz, 1600-443 Lisboa
Edifício da ADFA

932 033 680
963 633 484
restauranterainhasantal Lisboa@gmail.com

@restauranterainhasanta
@restaurantesbar.RS

ALMOÇOS
- MENUS (PRATO E BEBIDA)

EVENTOS
ENTRE 30 A 120 PESSOAS

- BATIZADOS
- JANTARES DE GRUPO
- FESTAS DE ANIVERSÁRIO
- JANTARES DE NATAL
- JANTARES DE EMPRESAS
- CELEBRAÇÕES DIVERSAS

HORÁRIO: DAS 8H-18H
EM DIA DE JANTARES: 19H-01H
(POSSIBILIDADE DE ESTENDER O HORÁRIO)

PARQUE PRIVATIVO

Porto

Opinião

Não é aceitável

Não é aceitável que os Deficientes das Forças Armadas que regressaram da Guerra Colonial marcados pelas perdas sofridas “ao serviço de Portugal” e estando agora numa fase avançada das suas vidas, tenham de sofrer as consequências da falta de resposta do Governo Português. Mês atrás de mês, o jornal ELO tem vindo a denunciar as situações dos que aguardam que lhes seja fornecido os produtos de apoio e as ajudas técnicas de que tanto necessitam, mas o tempo passa e nada acontece. Estes Deficientes das Forças Armadas, muitos dos quais com necessidade de próteses dos membros inferiores e superiores, ortóteses, aparelhos auditivos, cadeiras de rodas, óculos e muitos outros produtos - prescritos nos anos de 2024, 2025 e 2026 - desesperam perante esta falta de resposta, e, aos poucos, vão perdendo a confiança que toda esta situação se resolva com bom senso e dignidade. Vamos de uma vez por todas, acabar com esta injustiça!

Abel Fortuna

Reuniões descentralizadas

A Delegação do Porto realizou, nos meses de Maio, Junho e Julho, as seguintes reuniões descentralizadas: 23 de Maio, na Lixa e em Vila Real; 25 de Maio, em Cabeceiras de Basto; 30 de Maio, em Arouca e em Santa Maria da Feira; 3 de Junho, em Ponte da Barca; 13 de Junho, em Santo Tirso e em Viana do Castelo; 17 de Junho, em Peso da Régua; 20 de Junho, em Lordelo – Paços de Ferreira; 9 de Julho, em Penafiel.

Participaram nestas reuniões cerca de 230 associados, num debate associativo focado nas pensões degradadas dos deficientes em serviço e das viúvas, sendo consensual a necessidade de que venham a ser corrigidas estas injustiças.

Realizaram-se ainda reuniões na Delegação do Porto, nos dias 3 de Janeiro, 7 de Março, 4 de Abril, 9 de Maio e 6 de Junho, que contaram com 138 presenças.

ADFA nas Escolas

A Delegação do Porto, representada por três dos seus membros da Direcção, participou em palestras nas seguintes Escolas:

- Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto, nos dias 15 de Abril e 21 de Maio;

- Escola Secundária Inês de Castro, em Vila Nova de Gaia, no dia 23 de Abril;
- Escola Secundária de Marco de Canaveses, no dia 24 de Abril;
- Centro de Artes e Espectáculos de Vale de Cambra, no dia 26 de Abril.

Estas sessões consistiram na apresentação e debate de temas relacionados com o 25 de Abril, a Guerra Colonial, o testemunho relacionado com a experiência de cada um dos elementos da ADFA no teatro de guerra da Guiné, assim como nas questões colocadas pelos alunos. A palestra no Centro de Artes e Espectáculos de Vale de Cambra contou com a presença das entidades do Município e do secretário de Estado da Defesa Nacional, Álvaro Castelo Branco.

Clínica Médica e de Reabilitação

A ALMAR, uma nova clínica médica e de reabilitação, instalada na rua António Ramalho 623, Senhora da Hora (Matosinhos), junto ao cruzamento do Monte dos Burgos, abriu recentemente os seus serviços ao público. Esta Clínica possui convenção directa com o subsistema de Saúde ADM/IASFA, para a realização de Consultas Médicas de Clínica Geral e de Medicina Física e de Reabilitação/Fisiatria, bem como para tratamentos de Fisioterapia. Em regime livre, a Clínica dispõe ainda de consultas de Medicina Interna, Pediatria, Psiquiatria, Psicologia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala. Os deficientes das Forças Armadas, deficientes militares e outros beneficiários da ADM abrangidos pela Portaria n.º 1034/2009, de 11 de Setembro, têm isenção do co-pagamento do valor da consulta ou acto médico. Para além dos benefícios acima descritos, a Clínica dispõe de estacionamento não pago e rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Produtos de apoio

As reclamações dos associados sobre o atraso no fornecimento de produtos de apoio e ajudas técnicas por parte do IASFA/Laboratório Militar estão a causar mal-estar e desagrado, pela falta de respostas claras e directas, segundo a Direcção da Delegação (DD) do Porto. Esta situação arrasta-se, em alguns casos, já desde 2024, passando por 2025 e continua em 2026, sendo que os fornecimentos, poucos, não respondem às necessidades dos que deles dependem. Em 2025, a Assembleia da República, no Orçamento do Estado para 2026, destinou uma verba especificamente

para os deficientes das Forças Armadas, mas em nada correspondendo ao que foi decidido, acrescenta a DD. “Os deficientes das Forças Armadas regressaram da Guerra Colonial marcados pelas perdas sofridas ‘ao serviço de Portugal’, pelo que não é aceitável que, estando agora numa fase avançada das suas vidas, tenham uma vez mais de sofrer as consequências da burocracia estatal”, refere a DD.

“Os deficientes das Forças Armadas ainda estão confiantes de que toda esta situação se resolva, com bom senso e dignidade”, sublinha a DD.

São João no Porto

As instalações da Delegação do Porto foram o ponto de encontro para os associados e familiares que, no final do dia 23 de Junho, após assistirem à disputa de futebol de Portugal no Mundial de 2026, foram-se juntando em conversa, manifestando a sua satisfação pela “nossa” vitória, enquanto aguardavam a sardinha assada de que já se sentia o cheiro. Aberto o convívio, foram-se sentando à mesa e apreciando a boa comida – sardinha assada, caldo verde, fêveras, tiras, pimentos, broa, acompanhado de vinhos, águas e sumos, com tudo o que faz parte da ementa sanjoanina. Os mais pequenos animaram-se e, acompanhados pelos familiares, lançaram os tradicionais balões de São João, aos pulos de alegria, por vê-los subir no ar, enquanto um ou outro foi ardendo para desilusão de quem assistia. O lançamento do fogo-de-artifício, nas margens do Douro, aproximou-se e, por isso, os presentes foram partindo, aos poucos, para a noite que duraria até ao aparecimento do sol.

Estão de parabéns os organizadores do convívio, pois proporcionaram boa comida e animação, em ambiente agradável e sã camaradagem.

18.º Almoço em piquenique

No próximo dia 19 de Julho, vai realizar-se o 18.º Almoço-Convívio, no Largo da Capelinha de Santo Ovídio – Lobão, próximo das Caldas de São Jorge, em Santa Maria da Feira.

Este encontro destina-se aos associados, familiares e amigos do Núcleo de Santa Maria da Feira, mas recebe de braços abertos todos os que, sendo da Família da ADFA, pretendam participar.

Se nunca participou, experimente, pois passará um dia de convívio, em camaradagem, desfrutando de um ambiente saudável e de boas iguarias.

Não falte a este convívio!

Informações úteis

Serviços associativos: Os Serviços Associativos funcionam no Centro Associativo e Social – Edifício do “Palacete-Cor-de-Rosa”, com entrada pela Rua Pedro Hispano.

Serviço de Apoio ao Associado: Nos dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 201/912 567 812/atendimento.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Jurídico: Nos dias úteis, das 15h00 às 17h00, mediante agendamento telefónico prévio. Contactos: 228 347 201/912 567 812/gabjuri.porto@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Social: Segundas, Quartas e Sextas-feiras, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00. Contactos: 228 347 207/servas.porto@adfa.org.pt

Restaurante Social: Serviço de refeições económicas, todos os dias úteis, das 12h00 às 14h00. Contacto: 228 347 206

Cafetaria-Bar: Dias úteis e Sábados, das 14h00 às 17h00. Contacto: 228 347 205

Departamento de Apoio Integrado – Secretariado: Contactos: 228 347 202/912 567 546/secretariado.dai@adfa.org.pt

Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social Consultas de Medicina Geral e Familiar, Psiquiatria, Psicologia Clínica e Nutrição.

Centro de Activ. e Capacitação para a Inclusão Funciona no âmbito de um Protocolo com o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P., com as seguintes actividades: Hidroginástica/Hidroterapia; Expressão e Dimensão Plástica; Movimento e Funcionalidade; Educação para a Saúde e Cidadania; Capacitação Digital; Expressão Psicomotora; Ritmos e Sons; e Dinâmicas de Grupo.

Lisboa

Homenagem aos Falecidos na Guerra Colonial

Dez de Junho no concelho de Oeiras

A Delegação de Lisboa foi convidada pelo presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, para participar nas comemorações do dia 10 de Junho no concelho. Na ocasião, a Autarquia oeirense prestou homenagem aos militares do concelho de Oeiras mortos da Guerra do Ultramar, na Praça do Ultramar, no Bairro da Figueirinha, sendo ali deposta uma coroa de flores.

O presidente da Câmara de Oeiras, Isaltino Morais, confraternizou com o presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, e com os representantes da ADFA, junto ao Monumento.



O autarca de Oeiras, Isaltino Morais, com os associados da ADFA

FOTO DELEG. LISBOA

Reunião com os associados

Em 18 de Junho e com a presença de dezenas de sócios realizou-se o já habitual encontro mensal com os associados da Delegação de Lisboa, no Auditório *Jorge Maurício*, na Sede Nacional.

O presidente da Direcção Nacional também esteve presente e esclareceu alguns dos pontos debatidos.

Na reunião, foi feito um ponto de situação sobre a petição que virá a ser apresentada para recolha de assinaturas, tendo a mesma sido previamente aprovada pela Assembleia Geral da Delegação de Lisboa.

Foi prestada informação sobre a metodologia seguida, ou seja, a preparação da forma de contactar com os associados, para que actualizem os seus contactos e dados. Foi informado que foram enviadas cartas apelando a esse fim, aguardando-se resposta dos associados. Posteriormente será enviada outra carta, com as indicações sobre a forma de preencher a petição.

O presidente da DN fez um resumo sobre os trâmites seguidos desde que a proposta da petição foi aprovada na Assembleia Geral da Delegação, até ser sobre ela dada a informação na Assembleia Geral Nacional Ordinária. Foram prestados outros esclarecimentos sobre o preenchimento da petição, por qualquer cidadão, realçando que deve também ser colocado o número do Cartão de Cidadão.

Noutro ponto da ordem dos trabalhos, os associados foram informados sobre comemoração do 25.º Aniversário da Delegação, que se realizará no próximo dia 12 de Julho, Domingo, com um almoço-convívio no restaurante da Sede Nacional.



Os associados sempre atentos, durante a reunião

FOTO DELEG. LISBOA

No que respeita ao Caderno Reivindicativo, os associados continuam a manifestar a sua indignação, face ao desinteresse e abandono a que os deficientes militares estão a ser votados. Neste ponto o presidente da DN deu a conhecer as diligências que a ADFA tem efectuado, informando sobre a realização de futuras audiências.

Henrique Mendonça, presidente da MAGD

Contactos úteis

Serviço de Apoio ao Associado
Pedro Rodrigues - secretaria.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 625/937 534 192
Sandra Ribeiro - sandra.ribeiro@adfa-portugal.com - 217 512 630/934 004 725

Serviço de Acção Social/PADM

Ana Machado, assistente social - servico.social@adfa-portugal.com ou ana.machado@padm.crpq.pt - 217 512 622/917 365 357 - Serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa e Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) - Pólo Lisboa - Todos os concelhos do distrito de Lisboa, países africanos de língua oficial portuguesa e outros países.

Direcção da Delegação

Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação - 919 413 356
Isabel Franco - direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 615/932 323 012

Secretaria da Delegação

A Secretaria da Direcção Delegação de Lisboa está equipada com um sistema eléctrico para enchimento dos pneus das cadeiras de rodas, bastando solicita-lo aos funcionários.

Produtos de apoio

Os associados que estão a aguardar que lhes sejam entregues produtos de apoio, próteses e outros devem contactar a Direcção da Delegação, actualizando a sua situação, através do telemóvel 919 413 356 (Francisco Janeiro).

Actualização de dados

Contacte a Secretaria da Delegação de Lisboa para actualizar os dados do seu processo e ficha de associado, pelo número 217 512 630 (Sandra Ribeiro).

Actividades no Núcleo de Sintra

O Núcleo de Sintra está aberto aos associados, todos os dias, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

O responsável pelo Núcleo de Sintra, Anselmo Garvoa, informa sobre as actividades em curso: Pintura - Segundas e Sextas-feiras, das 14h00 às 17h00. Informática - Terças-feiras, das 15h00 às 17h00. Rendas e bordados tapetes de arraiolos - Quartas-feiras, das 10h00 às 13h00. Jogos de cartas e de tabuleiro - Quartas-feiras, das 14h00 às 17h00. Yoga do Riso - Quintas-feiras, das 15h00 às 16h00. Clube de Poesia - Quintas-feiras, das 16h00 às 18h00.

25º Aniversário da Delegação

O presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, divulgou que irá realizar-se, no dia 12 de Julho, Domingo, o tradicional almoço comemorativo do Aniversário da Delegação.

O 25.º Aniversário da Delegação de Lisboa será celebrado, entre associados, familiares e amigos, no Restaurante Pastelaria Rainha Santa, na Sede Nacional, em Lisboa, a partir das 12h30.

Os associados que pretendam fazer as suas inscrições ou obter mais informações devem fazê-lo junto dos Serviços da Delegação de Lisboa.

A Direcção da Delegação



Castelo Branco e Setúbal

Funcionamento das Delegações

A Direcção Nacional informa os associados das Delegações de Castelo Branco e de Setúbal sobre o período de férias de Verão que se avizinha.

Como está a chegar o período de férias dos funcionários e colaboradores da Associação, divulga-se, de forma alargada, os dias de abertura das instalações das Delegações, nos meses de Julho até Setembro, dado que também nesse mês não haverá edição do ELO.

Castelo Branco

Em Julho, as instalações da Delegação de Castelo Branco estarão abertas nos dias 6 e 20. Em Agosto a Delegação estará encerrada para férias. Em Setembro, a D. Amélia estará nas instalações da Delegação nas manhãs e tardes das segundas-feiras, dias 7 e 21.

Setúbal

O atendimento aos associados continua a ser realizado às Quartas-feiras, na Delegação de Setúbal, com a presença do trabalhador António Cardoso, com o habitual apoio.

No mês de Julho, a Delegação estará aberta nos dias 1, 08, 15, 22 e 29. Em Agosto, as instalações estão abertas apenas nos dias 5 e 12, com férias na segunda quinzena. Em Setembro, a abertura aos associados faz-se nos dias 2, 09, 16, 23 e 30.

A Direcção Nacional

Famalicão

Férias da Delegação e do Núcleo de Guimarães

A Direcção da Delegação de Famalicão informa os associados de que a Sede da Delegação encerra os seus serviços entre 22 e 31 de Julho, para gozo de férias da funcionária. No mês de Agosto, o Núcleo de Guimarães estará encerrado para férias.

Estacionamento reservado



A Delegação informa os associados que a ADFA dispõe de três lugares de estacionamento reservados (no mesmo lugar onde sempre estiveram), identificados com uma placa de sinalização, sendo obrigatória a exibição de cartão válido, em local visível no veículo.

Os interessados devem dirigir-se à Delegação e solicitar à funcionária o empréstimo de um cartão estacionamento, entregando um documento de identificação, que será devolvido no retorno do cartão estacionamento (o Cartão de Lista ou o Cartão do IMTT não servem para identificar a viatura). O estacionamento de viaturas não autorizadas nestes espaços constitui uma infracção, podendo dar lugar às medidas legalmente previstas.

Informações e contactos

A Direcção da Delegação de Famalicão informa os associados de que a Delegação funciona de Segunda a Sexta-feira, das 9h30 às 12h00.

A Direcção da Delegação alerta os associados que as informações sobre quaisquer actividades da Delegação serão publicadas unicamente no ELO e no Facebook, tais como as Convocatórias para as Assembleias-Gerais ou outras.

Os números telefónicos de contacto da Delegação são: 252 322 848 e 252 376 323. Os interessados também podem contactar os serviços pelo número 919 594 527.

Serviços clínicos

Na Delegação existe o Serviço Clínico, todas as Sextas-feiras à tarde, com início às 14h00. As marcações das consultas podem ser feitas para o endereço electrónico ou telefone da Delegação. As consultas são de Medicina Geral e Familiar, com o médico Ricardo Lemos.

Núcleo de Guimarães

O Núcleo de Guimarães está aberto no primeiro e no terceiro Sábados de cada mês.

Novo Protocolo

No âmbito do Protocolo com a *Central Ópticas*, a Delegação apresenta as vantagens exclusivas que temos para os associados e seus familiares directos:

- 30% de desconto em todos os produtos (armações, óculos de sol, lentes oftálmicas, lentes de contacto, líquidos e restante material óptico). Descontos válidos durante todo o ano, para utilizar sempre que precisar.
- Cheque Desconto no valor de 50,00€, válido na compra de armação mais lentes graduadas, acumulável com os 30% do Protocolo.
- Consulta de Visão gratuita.

Serviços disponíveis: Consulta de Optometria/Contactologia; Declaração para Carta de Condução; Tonometria; Biomimetria; Retinografia; Terapia Visual; Controlo da Miopia. Acordos directos em vigor: *AdvanceCare*, *Allianz*, *Future Healthcare*, *Médis*, *Multicare*.

Marcação de consultas de visão em www.centralopticas.pt – pode escolher entre as lojas em: Braga, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Barcelos, Viana do Castelo e Vieira do Minho. Os descontos do Protocolo não acumulam com outras campanhas ou descontos. Deve referir-se o Protocolo no momento da compra e antes da emissão de qualquer factura.

A Direcção da Delegação

Faro

Férias da Delegação

A Delegação de Faro informa os associados de que estará encerrada para férias do dia 3 de Agosto até o dia 3 de Setembro.

Donativos à ADFA

Os Órgãos Sociais da Delegação de Faro da ADFA agradecem os donativos dos associados José Luís das Neves Guerreiro e Fernando Elói Costa.

“Estes donativos representam um importante apoio para a nossa Delegação”, referem os dirigentes.

A Direcção da Delegação

Madeira

Pagamento de quotas

A Delegação da Madeira lembra aos associados aderentes do pagamento de quotas por transferência bancária, que, no próximo dia 17 de Julho, será efectuado o levantamento de 84,00 euros, referente às quotas do corrente ano. Este pagamento só é aplicável aos Pensionistas de Invalidez, de Preço Sangue e de Sobrevivência.

Aniversário da Delegação

A Delegação da Madeira vai realizar o seu convívio de Aniversário, no próximo dia 18 de Julho, no Restaurante *O Colmo*, em Santana. Para mais informações, os interessados podem contactar a Delegação, pessoalmente, ou através dos números 291 765 171 ou 961 798 731 ou do endereço electrónico secretaria.madeira@adfa.org.pt. As inscrições devem ser efectuadas até o dia 15 de Julho.

A Direcção da Delegação

Coimbra

Dia da Brigada de Intervenção

No passado dia 1 de Junho, por convite do brigadeiro-general comandante da Brigada de Intervenção, a Delegação de Coimbra esteve presente na Cerimónia Comemorativa do Dia da Brigada de Intervenção, no Aquartelamento de Santana, sendo representada pelo seu presidente da Direcção da Delegação, Manuel Ernesto Paiva, e pelo secretário Fernando Santa, integrando a Tribuna de Honra deste evento, que começou no Aquartelamento de Santana e que culminou na Cerimónia Militar, na Praça da República, e num lanche-convívio no Aquartelamento. A ADFA saúda a Brigada de Intervenção, pela sua relevante missão e exemplo para a sociedade portuguesa.

Férias da Delegação

A Delegação de Coimbra informa os associados que os seus serviços administrativos irão estar encerrados no período de 3 a 22 de Agosto próximo. Os Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra desejam a todos umas boas férias de verão.

A Direcção da Delegação

Évora

Férias da Delegação

Estamos quase em período de férias de Verão e a Delegação de Évora divulgou o período de encerramento para férias, entre os dias 10 e 21 de Agosto. A Sede da Delegação e os serviços reabrem no dia 24 de Agosto.

A Direcção da Delegação

Bragança

Delegação celebra 51.º Aniversário



A festa contou com a presença da vereadora Sandra Rodrigues, da Câmara Municipal de Bragança

Decorreu no passado Domingo, dia 21 de Junho, no restaurante Nordeste, em Bragança, o almoço-convívio de comemoração do 51.º Aniversário da Delegação da ADFA na cidade capital de Trás-os-Montes. Este evento associativo contou com a participação de cerca de 80 associados, familiares e amigos.

“Esta participação associativa muito nos honra e orgulha, face às dificuldades de deslocação que muitos têm, nomeadamente por questões de saúde, ou pelo percurso até Bragança ser mais longo, assim como em relação à temperatura demasiado elevada que se registava e que nem assistência pelos deficientes militares”, referiu Domingos Seca, presidente da Direcção da Delegação de Bragança. “O almoço foi, mais uma vez, confeccionado e servido com imensa qualidade, o que satisfaz todos os presentes”, lembra o presidente, que envia uma palavra de gratidão para a equipa do restaurante.

O evento associativo contou também com a presença da vereadora da Câmara Municipal de Bragança, Sandra Rodrigues, que felicitou a Associação, enfatizando a importância dos deficientes militares para o País e para o distrito, ressaltando que o Município de Bragança está ao lado da ADFA, para a continuidade da Delegação e no apoio aos associados.

O presidente da Delegação de Bragança, Domingos Seca, leu a sua intervenção, preparada com o apoio do secretário da Delegação, José Rodrigues Cristóvão, que se transcreve na íntegra:

“Senhora vereadora da Câmara Municipal de Bragança, Dra. Sandra Rodrigues, senhor presidente da MAGD, Nuno de Sá Rodrigues, senhor presidente do CFD, Aníbal Fernandes, caros associados, minhas senhoras e meus senhores, Em nome da ADFA e da Delegação de Bragança e dos associados que representa, agradecemos por nos honrarem com a vossa presença.

A Delegação de Bragança comemora hoje 51 anos. 51 anos de luta. 51 anos de persistência. 51 anos a pugnar pelos interesses dos seus associados. Esta Delegação espelha a força e a coragem que só os deficientes militares têm tido, depois de combater numa guerra injusta. É de enaltecer o funcionamento e o empenho desta Delegação que, no meio em que se encontra inserida, com escassos recursos económicos, luta diariamente pela sensibilização da opinião pública para a problemática do deficiente e pela reabilitação e integração dos seus associados e dos deficientes em geral, numa sociedade de pleno direito.

Não podemos deixar de orgulhar-nos por fazer parte de uma das maiores associações de deficientes deste País, a que mais tem contribuído para a reabilitação dos deficientes em Portugal.

Mas, cada vez as dificuldades são maiores, apesar de todo o esforço dos Órgãos Sociais da ADFA no seu todo. Senhora representante da Câmara Municipal, face às nossas dificuldades, queremos continuidade ao nosso trabalho pelos deficientes militares do distrito e gostaríamos de contar, em caso de necessidade, com o apoio do Município de Bragança. Agradecemos mais uma vez o privilégio da sua presença nesta data tão importante para nós. Caro associados, mais uma vez, agradecemos por nos terem honrado com a vossa presença no dia em que comemoramos mais um ano de existência.”

A Direcção da Delegação de Bragança agradece a quem esteve presente nesta data comemorativa e também àqueles que, por motivos pessoais, urgentes ou de saúde, gostariam mas não puderam estar presentes.

“É com muito orgulho que vemos a força que esta Casa ainda tem e esperamos que continue a ter, por muitos anos”, finalizou o presidente da Delegação.

A Direcção da Delegação



Coimbra

Delegação comemora 52 anos de existência



“Sejam felizes!” Foi desta forma que o presidente da Direcção da Delegação de Coimbra, Manuel Ernesto Paiva, encerrou a sua intervenção, antes do corte do bolo do 52.º Aniversário da Delegação, durante o almoço-convívio realizado no dia 27 de Junho, no Restaurante “Os Patinhos”, em Ladeira dos Caiados, Carapinheira.

Estiveram na mesa de honra, como convidados, o director do Centro de Saúde Militar de Coimbra, coronel médico Rafael Pombo, o segundo comandante da Brigada de Intervenção, tenente-coronel Nuno Sousa Gomes, o representante do Núcleo da Liga dos Combatentes de Coimbra, coronel José Silva Campos, o presidente do Núcleo local da Associação de Comandos, Manuel de Sousa. Os anfitriões foram o presidente da DN, António Pereira Neves, o secretário do CFN, António Cotrim Viana, o presidente da MAGD, José Maria Pinto, o presidente da DD, Manuel Ernesto Paiva, e o presidente do CFD, José Dias Martins. Foram cerca de 180 os participantes neste evento associativo, no qual participaram os presidentes das Delegações de Lisboa e Viseu, bem como a conselheira nacional Chiu Arruda, o director do ELO, José Diniz, e o técnico do PADM para a região, Norberto Simões.

Durante todo o evento, estiveram disponíveis para aquisição, os livros “Memória a fogo”, de Manuel Correia Bastos, e “Mulher Combatente”, de Lurdes Loureiro.

O presidente da Delegação deu as boas-vindas e congratulou-se com a presença de tantos associados, familiares e amigos.

Manuel Bastos falou sobre o legado da ADFA e sobre o trabalho que está a ser desenvolvido para que o património material e imaterial da ADFA seja transmitido aos

vindouros, apelando ao contributo de todos para este trabalho de fundo. O coronel Rafael Pombo saudou o aniversário e lembrou que o Centro de Saúde Militar de Coimbra está sempre aberto aos deficientes militares. Salientou a honra de poder participar neste evento, elogiando a Associação e a sua Delegação de Coimbra, reiterando a disponibilidade para os deficientes militares. O presidente da DN saudou todos os presentes e deu destaque às mulheres dos deficientes militares, cuidadoras que não têm sido devidamente reconhecidas. Falou dos 52 anos de história associativa, evocando o direito à saúde e expressando que a ADFA pretende ver definitivamente encerrado o dossiê da Guerra Colonial. Falando da morosidade e falhas na atribuição de produtos de apoio e outras ajudas técnicas, que afecta a dignidade de quem deu o melhor de si por Portugal. A conselheira nacional Chiu Arruda falou das mulheres dos deficientes militares, “grandes lutadoras da ADFA”, especialmente das que nunca receberam qualquer apoio e das cuidadoras que, tendo dedicado toda a vida aos seus maridos, grandes deficientes militares, abdicando de uma carreira profissional, se encontram agora em difícil situação financeira. A Direcção da Delegação de Coimbra, representada pelo seu presidente Manuel Ernesto Paiva, desejou a todos um bom regresso a casa, esperando que no ano que vem a Delegação consiga reunir novamente tantos amigos, “demonstrando mais uma vez o espírito participativo e solidário”. A festa foi encerrada com um “viva a ADFA”, depois de cantar os parabéns e do corte do bolo de aniversário.

RV



FOTOS RAFAEL VIENTE

Viseu

Opinião

Viúvas

O Estado Português nunca soube acautelar os direitos da pessoa deficiente das Forças Armadas e sua família. É um assunto que nos toca a todos e às nossas mulheres que, depois de ficarem viúvas, passam a viver numa situação muito grave por o Estado não criar, e até criar e não cumprir, as leis para toda a família deficiente militar que cumpriu com os seus deveres e por isso exige do Estado os seus direitos.

Antes do 25 de Abril de 1974 nada existia e, com a criação da ADFA, tudo se foi alterando, sempre através de uma grande luta em todos os aspectos e foi assim que nasceu o DL 43/76, de 20JAN, que veio trazer um conjunto de direitos e, em relação às viúvas, o Estado considerou só aquelas cujos maridos deficientes das Forças Armadas tivessem 60% ou mais de incapacidade, e, assim, quando estes partissem para o Além, tinham direito à Pensão de Preço de Sangue mediante um requerimento a solicitar à Caixa Geral de Aposentações (CGA). As outras viúvas, a cujos maridos era atribuído 30% a 60%, tinham direito à Pensão de Sobrevivência, se a causa da morte fosse relacionada com a deficiência. As viúvas dos deficientes em serviço ficavam sem nada, assim como as viúvas de 30% a 60%, uma vez que os familiares nada sabiam e os médicos também não. Estas viúvas ficavam na miséria, como aconteceu até ao ano de 1998. No entanto, tem que lembrar-se aqui a grande luta da Direcção Nacional, através do seu representante, saudoso associado e vice-presidente Catarino Salgado, que veio cinco vezes a Viseu e numa delas lhe apresentámos a viúva D. Laurentina Rodrigues, que ficou com 11 filhos e sem um tostão que fosse para cria-los! O marido tinha 30% de incapacidade, era deficiente das Forças Armadas, por ferimentos em campanha, na Guerra Colonial (levou um tiro no peito, que lhe tirou duas costelas e veio a falecer do agravamento da deficiência). Ora, como a médica não sabia de nada, nenhum atestado lhe passou a dizer que a causa da morte foi pelo agravamento e fruto da deficiência, e como esta viúva, se encontravam outras na mesma situação e foi assim, a lutar desde 1991 até 1998, altura em que se fez aprovar o DL 240/98, de 7AGO, que diz no seu artigo 8.º, sobre a Transmissibilidade de Pensões:

“1- As Pensões de Invalidez atribuídas nos termos do art.º 127.º do DL 498/76, de 9DEZ, cujos titulares não venham a adquirir a qualidade de subscritor da Caixa Geral de Aposentações, são transmissíveis aos seus herdeiros hábeis.

2- O montante, concessão e fixação da pensão a transmitir regula-se pelo regime estabelecido do DL 142/73, de 31MAI.

3- Os herdeiros hábeis dos pensionistas previstos no n.º 1, falecidos antes da entrada em vigor do presente diploma podem exercer o referido direito produzindo este efeito a partir do dia 1 do mês seguinte ao da apresentação do respectivo requerimento.”

E assim foi. A partir desta data, as viúvas dos deficientes militares das Forças Armadas abaixo dos 60% de incapacidade passaram a ter direito a requerer a transmissibilidade da pensão, denominada de Pensão de Sobrevivência.

Ora, as viúvas cujos maridos, deficientes com 60% ou mais de incapacidade, têm direito à Pensão de Preço de Sangue, 70% da pensão base do DFA, as viúvas cujos maridos deficientes têm abaixo dos 60% de incapacidade, têm direito a 50% da pensão base. Nesta conformidade, as viúvas dos deficientes em serviço, cujas pensões eram de 220,00€ passaram a 110,00€, as pensões à volta de 300,00€ passaram a 150,00€. As viúvas dos DFA em campanha, com menos de 30% de incapacidade, recebem a pensão hoje de cerca de 260,00€, as viúvas dos DFA abaixo dos 60% de incapacidade têm direito hoje, a uma pensão na casa dos 970,00€, mas importa dizer que se o marido deficiente militar tivesse falecido há 28 ou mais anos, essas viúvas recebem ainda hoje 367,00€ e 400€, quando se fossem actualizadas como deviam, recebiam hoje 970,00€. As viúvas de Pensão de Preço de Sangue recebem hoje uma pensão na casa dos 1.360,00€, quando o que se devia exigir é que a pensão destas viúvas fosse pelo valor da totalidade da pensão do marido/companheiro militar das Forças Armadas, como refere o artigo 11 do DL 466/99, de 6NOV, que diz, no seu ponto 1, *“...o quantitativo da pensão a conceder aos beneficiários não sofrerá qualquer redução, quando dos actos que lhe dão origem tenha resultado o falecimento ou incapacidade absoluta e permanente ao seu autor para o trabalho”*, com isto dizer que todas as viúvas cujos maridos, deficientes militares das Forças Armadas que faleceram há 28/10/5/2/1 e mais anos atrás, nenhuma pensão foi e é actualizada como deve e nem vai ser porque a CGA assim não o faz, havendo viúvas até cuja pensão nunca foi actualizada e agora estão a ser, pelo trabalho desenvolvido pela Direcção Nacional. Não esquecer que para conseguir fazer todas as viúvas terem direito à pensão foi sempre através de uma grande luta e até a um programa de televisão foram para provar que nada tinham e assim a sua revolta, havendo até políticos que diziam não ser possível estas mulheres, viúvas, não estarem a receber a pensão que lhes era devida! Com isto, provou-se que não estavam a receber nenhuma pensão e o que recebem hoje está provado que não é a pensão que lhes é devida porque não é actualizada como deve pela CGA. Muito lutou a Direcção Nacional (DN), que fez o Ministério da Defesa Nacional (MDN) aprovar o DL 240/98, de 7AGO, não sendo uma pensão digna como se queria e exigia mas para quem não tinha nada já ficou com algo, que hoje, algumas viúvas, não sei se lhes dará para comprar um *“naco de pão”* todos os dias do mês, se calhar não! Cabe agora à DN nomear um elemento para fazer valer o direito, exigindo com dureza do Governo de Portugal, através do MDN, pensões dignas e que obrigue a CGA a actualizar as pensões como deve, isto é, todas, todas, todas sejam actualizadas ao tempo em que vivemos e não seja permitido fazer descontos de 3,5% do Salário Mínimo Nacional para ter direito à saúde, quando recebem muito menos de pensão ou então, façam actualizar as pensões maios baixas pelo Salário Mínimo Nacional, com

direito à saúde a 100% Por justiça, quem deu a vida pela Pátria e as nossas mulheres que substituem o Estado, todos, todos, todos os dias, têm que ser, como viúvas, tratadas com toda a dignidade, com direito ao resto de uma vida digna! Faça-se justiça!

João Gonçalves,
presidente da Direcção da Delegação de Viseu

10 de Junho

No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas espalhados pelo Mundo, neste dia 10 de Junho, as Operações Especiais de Viseu, no Monumento aos Mortos de todas as Guerras, prestaram homenagem aos combatentes falecidos, com a colocação de uma coroa de flores e palavras alusivas ao acto em homenagem a todos os vivos que não se esquecem dos combatentes que partiram, isto é, como dizia Camões *“...aqueles que por obras valerosas se vão da lei da mortes libertando...”*. Parabéns a todos os representantes dos comandos, páraquedistas, rangers e operações especiais e também ao Regimento de Infantaria 14 de Viseu, por tão bem saber acolher.

Combatentes

A Associação dos Combatentes de Arganil comemorou o 20.º aniversário no dia 30 de Maio último, tendo a recepção aos associados e entidades ocorrido na sua Sede, onde foi efectuada a cerimónia de boas vindas e, concretizada esta acção, foi hora de rumar até ao Monumento dos Combatentes da Guerra Colonial e ali, depois de lidos os nomes dos combatentes falecidos, foi colocada, junto ao Monumento, uma coroa de flores por todas as associações presentes. Seguiu-se a ida ao restaurante *Monte Alto* onde foi servido um belíssimo almoço.

Tempo de férias

Este ano, do dia 10 ao dia 28 de Agosto, a Delegação de Viseu encontra-se encerrada para férias. No mês de Dezembro, estará encerrada do dia 21 até ao dia 30. Para qualquer assunto urgente durante esses períodos de férias, os interessados devem contactar os números 919 356 741 ou 917 366 082.

Serviços associativos

Os Serviços da Delegação de Viseu funcionam de Segunda a Sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30, realizando a preparação e digitalização dos processos em registo informático.

Os contactos podem ser efectuados para os números 232 416 034 ou 919 356 741 ou 917 366 082 ou através do endereço electrónico secretaria.viseu@adfa.org.pt.

A Direcção da Delegação

A Direcção da Delegação



Mantenha as suas quotas em dia

WWW.ADFA-PORTUGAL.COM/



Associação dos Deficientes das Forças Armadas



Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
Distrito de Bragança Todos os concelhos Distrito de Vila Real Todos os concelhos Distrito de Viana do Castelo Todos os concelhos Distrito de Braga Todos os concelhos Distrito de Viseu Todos os concelhos Distrito da Guarda Todos os concelhos Distrito do Porto Concelhos de Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar	Carina Pinto T. 925 604 523 carina.pinto@padm.crpg.pt Polo Porto
Distrito do Porto Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião Distrito Aveiro Todos os concelhos	Vera Silva T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpg.pt Polo Porto
Distrito de Coimbra Todos os concelhos Distrito de Leiria Todos os concelhos Distrito da Castelo Branco Todos os concelhos Distrito de Santarém Todos os concelhos	Norberto Simões T. 960 076 902 norberto.simoes@padm.crpg.pt Polo Coimbra
Distrito de Lisboa Todos os concelhos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países	Ana Machado T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpg.pt Polo Lisboa
Distrito de Setúbal Todos os concelhos Distrito de Portalegre Todos os concelhos Distrito de Évora Todos os concelhos Distrito de Beja Todos os concelhos Distrito de Faro Todos os concelhos	Andreia Caeiro T. 925 574 012 andreia.caeiro@padm.crpg.pt Polo Alentejo/Algarve
Região Autónoma da Madeira	Tânia Gonçalves T. 968 581 300 tania.camacho.goncalves@padm.crpg.pt Polo da Madeira
Região Autónoma dos Açores	Érica Oliveira T. 960 076 876 erica.oliveira@padm.crpg.pt Polo dos Açores

Estatuto Editorial do ELO

- O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).
- Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.
- O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.
- O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.
- O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.
- O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.
- O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.
- Fazendo os deficientes militares parte da “Família Militar”, o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.
- Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.
- Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.
- O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.



XXXIII Encontro Nacional de Combatentes



AADFA participou no 33.º Encontro Nacional de Combatentes, realizado em 10 de Junho, junto ao Monumento aos Ex-Combatentes do Ultramar, em Belém, Lisboa. A Associação esteve representada pelo vogal da DN, Arlindo dos Santos, e por vários associados, que também fazem parte de outras instituições e grupos de antigos combatentes, como a Ordem dos Grifos 63, os Dragões do Niassa e a Associação de Comandos, entre outras.

Cerimónia religiosa

Antes da cerimónia de homenagem e deposição de coroas de flores junto ao Monumento, teve lugar uma eucaristia, na Igreja de Santa Maria de Belém (Mosteiro dos Jerónimos), presidida pelo bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Sérgio Dinis, com homilia pelo capitão-de-mar-e-guerra capelão Diamantino Custódio Teixeira, vigário-geral do Ordinariato Castrense para Portugal e capelão-chefe da Armada Portuguesa.

Na homilia, foram lembrados e homenageados os combatentes, *“aqueles que no passado e no presente, na linha da frente ou em missões de paz pelo mundo fora, enfrentaram o perigo para defender a soberania e a paz”*, considerando que *“os nossos soldados foram, muitas vezes, os ‘braços visíveis’ da protecção que o Anjo da Guarda operava no invisível, pagando com o próprio sangue o preço da nossa liberdade”*. Terminando, afirmou que *“o melhor monumento que podemos erguer hoje aos nossos combatentes, e a melhor vénia que podemos fazer ao nosso Anjo da Guarda, é cuidar de Portugal”*, que significa *“lutar pela justiça e pela honestidade nas nossas instituições; não nos queixarmos apenas sentados no sofá, mas trabalharmos activamente pelo bem comum; promover a paz nas nossas famílias e comunidades; apoiar os veteranos e aqueles que carregam na carne e na alma as feridas da guerra”*.

Orador convidado

Junto ao Monumento, o vice-almirante Alexandre da Fonseca tomou a palavra como orador convidado, testemunhando o seu percurso militar, desde 1961, ano em que se iniciou a Guerra Colonial e a invasão



dos territórios na Índia Portuguesa. Desse significativo testemunho, passou à saudação dos combatentes de hoje, *“os elementos das forças nacionais destacadas presentemente em missão, servindo Portugal em diversas geografias”*, e também uma *“palavra de apreço”* à Marinha Mercante Portuguesa, pelo esforço despendido durante o período da Guerra Colonial.

Discorrendo sobre a actualidade social portuguesa, em várias vertentes, realçou a instabilidade internacional que poderá vir a afectar o País, revelando a sua preocupação com os filhos e netos desta geração, *“a beirar os 80 anos”*.

Dirigindo-se aos combatentes, terminou, sublinhando que *“a melhor homenagem que podemos prestar a quem combateu em defesa da terra dos nossos antepassados é garantir que não são esquecidos e que o seu sacrifício não foi em vão”*.

Presidente da República

No decurso da cerimónia, antes da deposição das coroas de flores e da homenagem aos combatentes, teve lugar a cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana.

Foi também lida a mensagem enviada pelo Presidente da República, que salientou que *“prestamos homenagem a uma ideia de serviço, de coragem e de dever que continua a dar sentido à nossa identidade colectiva”* e que *“num tempo marcado pela incerteza, pela instabilidade internacional e pelo regresso da guerra ao espaço europeu, os portugueses compreen-*



dem hoje, com maior clareza, que a paz exige preparação, capacidade e resiliência. Compreendem que a segurança de uma democracia depende também da solidez das suas instituições e da prontidão daqueles que a defendem. As Forças Armadas continuam a desempenhar uma missão insubstituível ao serviço da República”.

Para António José Seguro, *“honrar os combatentes significa também garantir que o reconhecimento nacional se traduz em dignidade, respeito e apoio efectivo”* e que *“Portugal não pode esquecer aqueles que carregam, ainda hoje, as consequências físicas e emocionais do serviço prestado ao País”*, pois *“os combatentes merecem não apenas gratidão, mas também justiça, proximidade e reconhecimento concreto”*.

“Como Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, associo-me, com profundo respeito, à homenagem hoje prestada aos combatentes portugueses”, terminou.

Seguiu-se a homenagem aos mortos e a deposição de flores, o Hino Nacional, pela Banda da GNR, com salva por um navio da Armada, a passagem de aeronaves da Força Aérea e uma passagem final pelas lápides.

A cerimónia, que contou com a participação do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, e do príncipe da Beira, D. Afonso de Bragança, entre outras individualidades, terminou com um almoço-convívio nos terrenos em frente ao Monumento.

RV



10 de Junho celebrado em Angra do Heroísmo, Açores

Comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas



A ADFA, representada pelo presidente da DN, António Pereira Neves, participou nas celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, ocorridas no dia 10 de Junho, em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, na Região Autónoma dos Açores, e presididas pelo Presidente da República António José Seguro.

A cerimónia incluiu uma homenagem aos mortos em combate, com a prestação de um minuto de silêncio e sobrevôo de uma esquadrilha de aeronaves F-16, seguida de prece pelo capelão adjunto da Força Aérea, Leonel Castro.

O Chefe do Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas lembrou que *“a garantia da segurança dos países europeus só é possível em articulação com os nossos aliados, numa relação de equilíbrio e reciprocidade, de respeito pela soberania dos Estados, assente em valores que, apesar da incerteza dos tempos, não mudam: a Paz, a Liberdade, os Direitos Humanos e o Multilateralismo. Valores que norteiam a acção das nossas Forças Armadas em Portugal e destacadas em missão por todo o mundo”*.

Sublinhou que *“as Forças Armadas são um dos pilares fundamentais do Estado democrático”* e *“a garantia permanente da soberania da República, da integridade territorial e da liberdade do povo português”*. Evocou ainda meio século de autonomia regional dos Açores e da Madeira, afirmando que *“Portugal é maior quando é plural”*.

“Neste dia assinalamos muito mais do que um País com quase nove séculos de existência”, salientou o Presidente, referindo que *“celebramos uma comunidade histórica, uma memória colectiva, uma língua, uma ideia de pertença que atravessou guerras, crises, mudanças de regime, separações e reencontros”*.

“Vivemos um tempo de trincheiras. As ansiedades que sentimos na economia, na geopolítica, na segurança das cidades, na proteção dos mais desfavorecidos, nas questões muito concretas da vida das



peças reais, criam esse impulso de fechar fileiras, de escolher um lado, de erguer muros”, sublinhou, para depois valorizar as *“palavras do meio”*, que *“são mais de tolerância do que de exclusão, mais de disponibilidade do que de afastamento”*, pois *“permitem a aproximação, a criação de pontes entre as pessoas, entre os portugueses, entre as instituições, entre as ideias”* e são o *“antídoto para o vírus da polarização que tende a substituir a argumentação, o debate e a negociação”*.

Realçando que Portugal precisa de *“políticas que fixem talento em vez de o exportar”* e de *“salários que reflitam a produtividade e a qualificação dos trabalhadores portugueses”*, bem como *“de um mercado de habitação que permita aos jovens construir uma vida no País onde nasceram ou estudaram”* e de *“um Estado que simplifique em vez de complicar, que antecipe em vez de reagir, que planeie além do mandato em vez de gerir apenas a urgência do presente”*, acrescentou que é necessário que as em-



presas invistam em investigação e desenvolvimento e um *“sistema financeiro que saiba avaliar o valor do conhecimento e não apenas o valor dos activos tangíveis”*, com universidades ainda mais ligadas ao tecido produtivo e centros de investigação que *“transformem descobertas em soluções concretas para os problemas das pessoas e das empresas”*. *“Precisamos, acima de tudo, de uma cultura de confiança”*, resumiu.

Após as intervenções, seguiu-se o desfile militar, que contou com a participação da Liga dos Combatentes, dos blocos de estandartes nacionais, de companhias da Marinha, do Exército e da Força Aérea, incluindo cadetes das respectivas academias militares, e de forças equipadas para combate, entre as quais Fuzileiros, Polícia Aérea e a Brigada de Reação Rápida. No final do evento, o Presidente da República cumprimentou os antigos combatentes e a população presente.

RV

12.º Aniversário do Hospital das Forças Armadas

O presidente da DN, António Pereira Neves, representou a ADFA no evento de celebração do 12.º Aniversário do Hospital das Forças Armadas (HFAR), no auditório do Pólo de Lisboa e em videoconferência com o Pólo do Porto, nas instalações daquela unidade de saúde militar, em Lisboa, no dia 19 de Junho último.

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), Gen. João Cartaxo Alves, presidiu às cerimónias e, na sua intervenção, destacou o importante papel do HFAR, bem como o seu *“elevado significado institucional para a saúde militar e, portanto, para as Forças Armadas Portuguesas”*. Sublinhou também que, devido às suas *“distintas particularidades”*, o *“HFAR não pode ser apenas um hospital”* e que *“a saúde militar constitui uma verdadeira capacidade operacional, indispensável ao apoio às forças, à sustentação das missões e ao reforço da resiliência nacional”*.

Reconhecendo a modernização e a capacitação do HFAR como prioridades para as Forças Armadas, o general CEMGFA alertou que, *“sem recursos humanos motivados, valorizados e tecnicamente qualificados, não existe modernização, nem capacidade de resposta credível”*.

O director do HFAR, BGen. José Monge, destacou que o HFAR tem-se afirmado *“como unidade estruturante de saúde militar e como unidade hospitalar reconhecida no Serviço Nacional de Saúde”* desde a sua criação, em 2014.

Apontou objectivos e metas futuros e referiu um exemplo dos avanços mais recentes: a primeira cirurgia robótica realizada no Pólo de Lisboa, considerada *“um marco cirúrgico e uma demonstração de talento”*.

O director do HFAR referiu a situação do atendimento aos deficientes militares e avançou que está a ser preparado e estruturado um serviço de apoio específico que lhes é destinado, aguardando-se a finalização do respectivo regulamento, que contará com a colaboração da ADFA, que será brevemente contactada para dar o seu contributo para a respectiva elaboração.

Entre as metas alcançadas no último ano, o director referiu os mais de 3.800 internamentos, os mais de



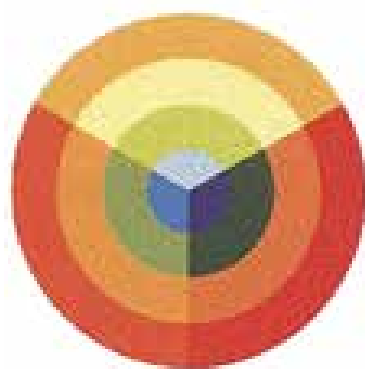
Momentos da celebração do aniversário do Hospital das Forças Armadas

20 mil atendimentos de urgência, as 5.470 cirurgias e as mais de 161 mil consultas externas.

A cerimónia incluiu ainda uma evocação de homenagem aos mortos e um momento de condecorações de militares e civis distinguidos pelo trabalho desen-

volvido ao serviço do HFAR, terminando com um momento musical, pela Banda de Música da Força Aérea, seguido de um almoço e do corte do bolo de aniversário.

RV



mgc

Museu da Guerra Colonial
Famalicão Central Parque, Lote 35 A 4760-673 Ribeirão

HORÁRIOS: TERÇA A SEXTA DAS 10H00 ÀS 17H30 - SÁBADO DAS 14H30 ÀS 17H30 - OUTRO HORÁRIOS ATRAVÉS DE MARCAÇÃO PRÉVIA.

TELEFONE — 252 217 998 | TELEMÓVEIS — 919 594 318 | 919 594 510 | 912 521 946

GPS — 41° 22'04.90" N 8° 32'56.42" O

info@museuguerracolonial.pt | www.museuguerracolonial.pt



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Revisão Estatutária

Terminada uma parte do processo de revisão estatutária, é hora de aperfeiçoamento e remessa às Delegações

Conforme se apurava da entrevista ao coordenador do Grupo de Trabalho (GT) para a Revisão Estatutária, Cândido Patuleia Mendes, difundida na anterior edição do ELO, era objectivo daquele Grupo o encerramento, até ao final do passado mês de Junho, da adaptação do projecto final da proposta de revisão, baseado nos trabalhos antes apresentados e concertados entre o anterior GT e as Direcções das Delegações da ADFA.

Essa fase de labor chegou realmente ao fim, na última de 11 reuniões, ocorrida no dia 23 de Junho.

“Neste início de Julho, o Grupo de Trabalho vai prosseguir a sua tarefa, que agora se vislumbra muito rápida, dado que se trata do apuramento da actual redacção que deve ter linguagem jurídica, realizar a correcta interligação entre artigos que a tenham, e outras minudências, sempre carentes de todo o cuidado que merece e exige um documento como o dos Estatutos de uma instituição do gabarito e seriedade da ADFA”, explica Patuleia Mendes. O tesoureiro da DN e coordenador do GT refere também que “a actual proposta, que em breve irá ser posta à consideração dos nossos associados, em trabalho a desenvolver pelas Delegações da ADFA, vai apresentar uma solução com mais três artigos que o documento vi-

gente desde 2015, mas com novas e mais flexíveis disposições, que tornem possível a continuidade de vida das estruturas associativas, com possibilidade de funcionamento e administração pelo nosso universo, tendo em consideração o contínuo e progressivo avanço na idade, no peso das deficiências e no lógico, natural e penoso aumento das dificuldades de mobilidade”.

“Tão brevemente quanto possível, idealmente ainda durante o mês de Julho, a proposta final e seus apoios chegarão às Delegações, esperando-se a sua apresentação aos associados em tempo útil e fecundo, de molde a que possa permitir-se, ainda no ano de 2026, a realização da Assembleia Geral Nacional para o início da apreciação, debate e votação dos primeiros artigos dos futuros Estatutos da ADFA”, sublinha.

Patuleia Mendes lembra que “teremos garantidamente uma equipa, com conhecimento aprofundado desta proposta de trabalho, que se disponibilizará a colaborar com as Direcções das nossas Delegações para que, e da melhor forma que possa ser, consiga informar-se os associados sobre esta inovadora, flexível e exequível forma de prosseguir com a continuidade da ADFA e da sua projecção para o futuro”.

DN

Momentos importantes

ADirecção Nacional participou em diversos eventos, no âmbito da representatividade da ADFA, junto das entidades com as quais mantém um contacto permanente.

Eucaristia do Exército

No dia 24 de Junho, durante a manhã, a convite do chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), general Eduardo Mendes Ferrão, a DN, representada pelo tesoureiro Cândido Patuleia Mendes, participou na eucaristia do Exército, celebrada pelo bispo das Forças Armadas e Segurança, D. Sérgio Dinis, no Mosteiro da Batalha, em subordinação ao tema “*Firmes na Fé, Unidos na Missão*”.

Na presença do general CEME, outros oficiais gerais, oficiais superiores e altos funcionários daquele Estado-Maior e do Ministério da Defesa Nacional, a cerimónia decorreu com toda a dignidade, contando também com a participação do pároco local e com a componente musical garantida pela Banda Sinfónica e Coro do Exército, tal como pela Fanfarra Militar daquele Ramo, que procedeu aos toques militares, neles incluídos o respectivo a “*Mortos*” e o de “*Alvorada*”.

Aniversário do Lar Militar

Na tarde de 24 de Junho, a convite do presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, e representada pelo presidente da DN, António Pereira Neves, a ADFA compareceu nas cerimónias de evocação do 55.º Aniversário da inauguração do Lar Militar, num acto que, presidido pelo vice-presidente da Cruz Vermelha, tenente-general Marco Serronha, contou com a

presença do seu director, do conjunto dos trabalhadores e dos residentes que, na grande maioria, corresponde a associados da ADFA com deficiências de elevadíssima incapacidade.

250 anos da Independência dos EUA

Ao início da noite, e a convite do embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) e esposa, John Joseph Arrigo e Megan Arrigo, a Associação esteve presente no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, na celebração das comemorações dos 250 anos da independência dos EUA, evocando a data de 4 de Julho de 1776. O tesoureiro da DN, Cândido Patuleia Mendes, representou a ADFA neste evento.

De entre os inúmeros convidados, e durante as alocuções da embaixatriz e do embaixador, foi destacada a presença dos ministros de Portugal, dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, e das Finanças, Miranda Sarmento, tal como do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general João Cartaxo Alves. Um repasto tipicamente norte-americano, com música *rhythm and blues* (R&B) ao vivo, interpretada e cantada por músicos de excelência, e duas cantoras, que executaram os hinos nacionais de Portugal e dos EUA, numa envolveria que animou as muitas centenas de participantes, até altas horas da noite.

Congressos de Partidos

A convite dos partidos CDS/PP e PSD, a DN compareceu nas Sessões de Encerramento dos respectivos Congressos, no dia 17 de Maio, em Alcobaca, e no dia 21 de Junho, em Sangalhos, Anadia.

DN

Quotas em dia

As Delegações da ADFA apelam aos associados para que, no cumprimento do seu dever associativo, procedam à regularização do pagamento das quotas, no valor anual de 84,00 euros. O pagamento de quotas poderá ser efectuado presencialmente, na Sede da Delegação, ou através de cheque, vale postal ou por transferência bancária, para o IBAN de cada Delegação.

Em caso de transferência bancária, devem identificar o número de associado e entregar o comprovativo através de email ou presencialmente, para emissão e envio do respectivo recibo.

Contactos e IBAN:

Coimbra

Números 917 770 241, 239 814 644 ou endereço secretaria.coimbra@adfa.org.pt
- IBAN PT50 003507400000436853067.

Famalicão

Números 252 322 848, 252 376 323 ou 919 594 527 ou endereço electrónico secretaria.famalicao@adfa.org.pt
- IBAN PT50 0010 0000 3956 2500 0018 1 (BPI).

Faro

Número 289 828 515
- IBAN: PT50 0035 0303 0004 0507 23050.

Lisboa

Números 217 512 625/937 534 192 ou 217 512 630 /934 004 725 ou endereço electrónico secretaria.lisboa@adfa-portugal.com
- IBAN PT50 0036 0071 9910 0079 848 77

Viseu

Números 232 416 034, 919 356 741 ou 917 366 082, ou endereço electrónico secretaria.viseu@adfa.org.pt
- IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803.

Falecimento de associados

Apela-se aos associados e familiares que, quando ocorra o falecimento de um associado, o participem à Delegação, informando sobre as exéquias fúnebres, com referência ao local e à hora, para que a ADFA possa estar presente e prestar-lhe a devida homenagem.

Validade de cartões

Os associados devem verificar a validade dos seus cartões ADM do seu agregado familiar e também dos cartões de DFA, PPI, GDFA e GD-SEN e solicitar a sua revalidação com, pelo menos, três meses de antecedência em relação à data de validade.

A renovação deve ser efectuada após contacto prévio com a Delegação, para informação sobre quais os documentos necessários para esse processo.

Estar alerta

Alerta-se os associados para que, sempre que se dirijam a um Hospital ou outra entidade com acordo com a ADM, solicitem previamente um Orçamento ou Informação sobre os custos de cada acto médico.

Reunião do Grupo Alargado sobre o legado da ADFA



FOTOS RAFAEL VICENTE

Depois de algumas reuniões de trabalho, realizadas nos últimos meses, desde Setembro do ano passado, teve lugar, em 25 de Junho, uma reunião do Grupo Alargado, para, durante um dia de trabalho, apresentar o que até agora já foi conseguido e para trocar ideias sobre o que virá a ser o legado a transmitir. Na mesa coordenadora dos trabalhos estiveram os associados Joaquim Mano Póvoas, Manuel Ernesto Paiva, Ludgero Sequeira, Manuel Lopes Dias, Manuel Correia de Bastos e António Pereira Neves. Foram 29 os participantes nesta reunião alargada.

Apresentação

O conselheiro nacional Manuel Lopes Dias deu as boas-vindas a todos e explicou o âmbito desta reunião, referindo que “a reunião do Grupo Alargado sobre o legado da ADFA, constituído por todos os associados que fazem ou fizeram parte dos Órgãos Sociais e outros associados com participação relevante no passado, tem como ponto único da ordem de trabalhos a apresentação e discussão do trabalho realizado pelo Grupo Restrito, criado em Setembro de 2025, com integração posterior dos presidentes de todas as Delegações, e que tem vindo a trabalhar em articulação com os Órgãos Sociais Nacionais”. Destacou que os presidentes da DN e da MAGN participaram em quase todas as reuniões.

O ELO já tem dado conta dos objetivos definidos e do trabalho já realizado, reportando sobre um trabalho que está “em consonância com os princípios fundadores da Associação e o seu desenvolvimento ao longo dos tempos” e que responde “à urgência do presente e à exigência de um futuro muito próximo”.

O legado a definir e transmitir é uma espécie de “testamento dos bens imateriais acumulados ao longo de uma vida de trabalho colectivo” e é “a expressão da vontade associativa”.

Ao nível desta responsabilidade operativa, “o envolvimento livre de todos os associados é um pressuposto de partida, até às decisões finais, na Assembleia Geral Nacional, onde todos têm assento”.

Este processo, que se pretende transparente, informado e participado, chega ao fim da primeira fase nesta reunião e, a partir deste momento, entrará numa nova fase, “mais consistente e mais legitimada”.

Trabalho académico

O presidente da Delegação de Faro, Ludgero Sequeira falou sobre a vertente académica deste trabalho sobre o legado da ADFA, realçando a reunião já realizada com o investigador Bruno Sena Martins, focando a parte imaterial do património que constitui esse legado, que ultrapassa o aspecto material e estrutural a inventariar futuramente. A intervenção também incluiu algumas notas sobre episódios marcantes da

vida da ADFA, evidenciando os valores que transcendem o legado material da Associação. Referiu que a primeira parte está concluída, com a definição, pelo Grupo Restrito, da linha orientadora e do cronograma. Acrescentou que há vários professores universitários ou investigadores que se disponibilizaram, como Bruno Sena Martins, para colaborar neste projecto de fundo da ADFA, pois, considerou, “*esse tem que ser um trabalho profissional, rigoroso e consultando todas as possíveis fontes primárias (entrevistas) e secundárias (o que já existe escrito e publicado)*”, que terá que contar, eventualmente, com um suporte financeiro. Salientou que seria importante que as Delegações iniciassem a divulgação deste projecto nos seus encontros associativos.

Testamento cultural

O conselheiro nacional Manuel Correia de Bastos explicou que “o legado imaterial é como que um testamento do que criámos e somos, do ponto de vista cultural e social”. O acervo a transmitir tem que estar assente num levantamento de dados fidedigno e profissional, para que esse legado se torne permanente e consistente.

O presidente da DN, António Neves, realçou a complexidade do trabalho de preparação desse legado imaterial, falando “do antes e do depois” da ADFA e da sua actividade na sociedade portuguesa. Sublinhou que “não sendo um trabalho da DN, este projecto é totalmente apoiado pela DN”. Salientou a dicotomia dos conceitos de Antigo Combatente e de Deficiente Militar, ambos aplicáveis aos associados da ADFA, e que a especificidade dos deficientes militares nunca poderá ser esquecida ou relativizada.

Para o presidente da ADFA, o legado terá que ser consequente, ou seja, deverá atingir os objetivos a que a Associação se propuser, reiterando o empenhamento da DN, no apoio a este “trabalho de grande fôlego”.

Rigor e transparência

O presidente da MAGN, Mano Póvoas, deixou questões sobre a publicitação do trabalho sobre o legado, estimulando os participantes a reflectirem sobre a dimensão pública do que entretanto vier a ser concretizado e recordando as vertentes histórica, filosófica, associativa e social desses conteúdos. Reiterou que o trabalho de investigação e de preparação deve ser rigoroso e profissional, devendo estar a cargo de académicos, mas transcendendo a finalidade e simplesmente académica.

Os associados António Capela Gordo, José Maia, José Teixeira, António Fernandes e João Martins lançaram alguns desafios para as etapas que se avizinham: abrir a participação testemunhal a individualidades que têm estado na ADFA, como antigos governantes e outras entidades públicas e privadas; estimular a

consciência interna da ADFA, para que a partilha seja efectiva e abundante; sublinhar as diferenças entre as vertentes material e imaterial do legado e envolver, no levantamento do património material todas as Delegações; envolver neste trabalho o Museu da Guerra Colonial; não esquecer as famílias, enquanto fontes de informação e testemunho; pugnar para que este trabalho seja o mais publicitado possível, com a ajuda dos próprios investigadores, numa campanha que até poderia envolver vários suportes informativos e marketing, evidenciar o PADM e a RNA como faces visíveis do legado da ADFA; lembrar que, para além de antigos combatentes e deficientes militares, os associados são vítimas de guerra, pois “*pagámos o preço mais alto pelos actos que fomos obrigados a cometer*”.

Sugestões e memórias

Após a interrupção para o almoço, os associados participantes foram convidados para uma nova ronda de intervenções. Os presidentes da DD e da MAGD de Lisboa, Francisco Janeiro e Henrique Mendonça, consideraram importante incrementar a recolha de testemunhos junto dos associados, realçando a importância da ligação ao Museu da Guerra Colonial, e aludindo à temática do Stress de Guerra, que teve início com o primeiro Simpósio na Associação, em 1987. António Carreiro sublinhou a importância desse Simpósio, sublinhou que a ADFA contribuiu para que a Constituição da República Portuguesa consagrasse a dignidade das pessoas com deficiência no seu artigo 71.º, e acrescentou algumas notas sobre a relevância do trabalho internacional, no âmbito da FMAC (1.ª Conferência de Antigos Combatentes, em 1990, e a 6.ª Conferência sobre Legislação, em 1994).

O presidente da Delegação de Coimbra, Manuel Paiva, realçou as várias versões do Caderno Reivindicativo como fontes informativas para um trabalho comparativo relativamente ao que a Associação tem conseguido em termos legislativos e outros.

Alberto Pinto evidenciou a importância da ADFA na mudança de mentalidades e especialmente no acesso ao trabalho e ao emprego e evocou o desporto adaptado e a forma como a Associação influenciou várias modalidades (internacionalmente, em competições em Inglaterra e na Holanda) e mesmo a criação da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

O secretário do CFN, António Garcia Miranda, lembrou a importância da passagem pelo Hospital Militar de Hamburgo, na Alemanha, na reabilitação de vários associados, facto que o associado Carlos Fanado também destacou.

Manuel Bastos realçou que o trabalho de coordenação está a ser realizado pelo associado António Lavouras Lopes e que o cronograma foi desenvolvido pelo associado Jerónimo Sousa. Realçou que, neste trabalho, “*podemos os interesses associativos à frente dos ideais pessoais*”.

Continuidade

O associado número um, Couceiro Ferreira, sublinhou o desejo de “*contribuir para que a nossa Casa se mantenha de pé, firme até cair o último de nós*” e Manuel Lopes Dias recordou que, “*em 10 de Setembro, teremos uma nova reunião do Grupo Restrito*”, realizando em Julho uma nova reunião, para partilha de informação sobre este encontro.

RV



Contributo para um esclarecimento histórico

A Direcção Nacional da ADFA contactou os directores da Revista Portuguesa de História Militar, na sequência da publicação naquela Revista (n.º 9, ano V, Dezembro de 2025) de um artigo da autoria de Henrique da Costa Ferreira, sob o título “A segunda fase do PREC (12 de Março a 25 de Novembro de 1975): da tentação totalitária à confirmação da via democrática pluralista”, em que é focada a Luta de Setembro de 1975, atribuindo a esse episódio o epíteto de “Milagre de São Bento”. A Associação contesta esta designação e o enquadramento descritivo feito pelo autor, por considera-los desajustados da realidade, e enviou aos directores um artigo, para publicação na edição de Junho daquela Revista, na tentativa de reposição da verdade dos factos. Como tal não foi possível, por razões ligadas a critérios editoriais, a DN enviou esse artigo ao ELO, para publicação na íntegra.

No n.º 9 do Ano V, da Revista Portuguesa de História Militar, de Dezembro de 2025, vem publicado um artigo, da autoria de Henrique da Costa Ferreira, sob o título “A segunda fase do PREC (12 de Março a 25 de Novembro de 1975): da tentação totalitária à confirmação da via democrática pluralista”, o qual mereceu a nossa melhor atenção e interesse, pelo reavivar da memória daqueles tempos conturbados do designado “Verão Quente de 75”.

Já lá vão mais de 50 anos e é natural que haja algumas imprecisões quando procuramos recordar certos acontecimentos então vividos, mas há situações e casos que, pela sua importância, pelo seu dramatismo e pela forma como condicionaram a vida de quem os viveu, permanecem bem actuais na nossa memória e não são facilmente passíveis de ser esquecidos, omitidos ou adulterados. No artigo em causa, e com o subtítulo “O cerco ao Palácio de S. Bento (22 e 23 de Setembro), o «Milagre de S. Bento» e a «Santa 113»”, o autor narra de forma muito ligeira, e mesmo caricatural, os acontecimentos relacionados com a manifestação e o cerco ao Palácio de São Bento, levados a cabo pelos Deficientes Militares, organizados em torno da Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA, e a actuação da Companhia de Comandos 113/1975, chamada pelo Governo para intervir e dispersar a manifestação.

Ao longo de todos estes anos, já muito se disse sobre esse triste e caricato episódio, que pôs frente-a-frente as chaimites da CC 113/75 e as cadeiras de rodas dos Deficientes Militares que tentavam bloquear a via pública. Estas cadeiras de rodas pertenciam a grandes deficientes, amputados, paraplégicos e tetraplégicos, que, no momento, estavam, ali ao lado, no jardim, a descansar, em colchões cedidos por uma unidade militar próxima, a PM. Por esse motivo, as cadeiras estavam provisoriamente ocupadas por outros deficientes militares que, naturalmente, não se serviam delas, mas que as ocupavam única e simplesmente para marcar presença e também descansar. Perante o aparecimento das chaimites, o espírito de sobrevivência falou mais alto e eles abandonaram as cadeiras de rodas.

A referência a esse episódio, apelidando-o de “Milagre de S. Bento” e ainda de “Santa 113”, 50 anos passados e depois de conhecida a realidade dos factos, é lamentável e mesmo ofensiva. Naturalmente que as Forças Militares cumpriam ordens superiores, mas, do outro lado estavam camaradas que também usaram uniforme, alguns com o crachá “Comando” ao peito e que trouxeram da guerra graves sequelas que os incapacitaram para toda a vida. Foram estes camaradas que, não tendo resposta por parte dos governantes para com as suas necessidades e legítimos direitos, criaram a ADFA e lutaram eles próprios para conseguir que a nação os reconhecesse e lhes desse as condições para terem uma vida digna e gozar do direito à cidadania plena.

Aquela manifestação, inserida num conjunto de várias acções, então desenvolvidas e a que nós, os DFA,

apelidamos de “A Luta”, tinha como objectivo forçar o Governo a publicar legislação adequada aos Deficientes Militares, o que veio a acontecer em 20 de Janeiro de 1976, com o DL 43/76. Quando o autor do artigo em causa refere que “(...) Pela qualidade da mobilização e da organização depreendia-se facilmente que tinha de ser uma entidade com muita experiência a estruturar a manifestação embora a tutela da mesma fosse da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA)”, insinuando que os Deficientes Militares estavam a ser manipulados por outras entidades, porventura político-partidárias, está, de forma leviana, a passar um atestado de incompetência e de menoridade a um universo de cidadãos que deram o melhor de si mesmos à Pátria e que se sentiam, então, por ela abandonados, por falta de legislação apropriada que lhes garantisse o direito à saúde, a uma situação sócio-económica digna e, enfim, à qualidade de vida a que todos têm direito.

A propósito, refere-se o testemunho do associado n.º 1, Joaquim Couceiro Ferreira, que então foi protagonista directo dos acontecimentos.

Em 14 de Maio de 2014, durante a Cerimónia Comemorativa do 40.º Aniversário da ADFA, Couceiro Ferreira fez uma intervenção na qual detalhou, pormenorizadamente, como nasceu a Associação e como decorreu o processo reivindicativo e “A Luta”, estando plasmada no seguinte excerto:

“(...) Mas se o regime fascista nos tinha ignorado e excluído da sociedade, as novas autoridades saídas do 25 de Abril sentiram uma grande dificuldade em encarar e resolver os problemas que nos afectavam. Mais de um ano após os primeiros contactos, mantinha-se o impasse, o que veio dar origem a um período de reivindicações e manifestações de rua participadas por milhares de DFA, período este que culminou com uma manifestação que teve lugar em fins de Setembro de 1975, em redor do Palácio de S. Bento, com o objectivo de conseguir entrevista com o primeiro-ministro e sensibilizá-lo para, em definitivo, fazer aprovar o por nós tão almejado decreto. Cabe-me aqui recordar que este episódio teve repercussões diversas na opinião pública, tendo sido mesmo interpretado por individualidades com responsabilidades de Estado, como uma acção patrocinada por forças políticas.”

No livro da ADFA, “Deficientes das Forças Armadas – A Geração da Ruptura”, sobre este tema, Couceiro Ferreira refere: “Talvez pela primeira vez de forma pública, gostaria de aqui claramente assumir ter feito parte do grupo de três deficientes das Forças Armadas que planearam e coordenaram a acção. Fui um dos que se colocaram na frente dos carros de combate da força militar de comandos enviada para repôr a ordem e fui um dos três deficientes das Forças Armadas recebidos pelo senhor primeiro-ministro da altura.

Sinto, assim, toda a legitimidade para afirmar que a citada acção não teve qualquer manipulação ou interferência de qualquer força política, independentemente do aproveitamento que possa ter acontecido, tão natu-

ral dada a situação de instabilidade que o País atravessava.” (ADFA, 2017 p.723)

Este episódio, do Cerco ao Palácio de São Bento, está também, devidamente tratado no referido livro “Deficientes das Forças Armadas – A Geração da Ruptura”, onde sob o título, “Relatório da operação São Bento” da página 192 à 197 se reproduzem os factos narrados pelo próprio MajGen “CMD” Manuel Apolinário, na altura comandante da 113/75 CCmds.

Conclusão

Não, não estão em causa os factos narrados pelo autor do artigo, nem tão pouco está em causa a forma como decorreu o confronto entre os militares e os DFA, o que está em causa é que hoje, passados 50 anos, o Doutor Henrique Costa Ferreira continue a ter uma visão distorcida daquela situação dramática e de tudo o que conduziu os Deficientes Militares a assumir aquela posição radical. Passados 50 anos, era expectável que o autor tivesse uma percepção mais humanista e mesmo sociológica sobre o acontecido e não continuasse a ironizar e a relatar de forma tão ligeira o que se tornou um ícone da luta dos DFA pelos seus legítimos direitos. Aqueles homens, que também vestiram o camuflado e usaram as G3, estavam ali num acto de desespero, na tentativa de fazer ver e compreender aos novos governantes deste País que os militares que regressaram da guerra, independentemente da gravidade das sequelas que carregavam, continuavam e continuam a ser cidadãos de corpo inteiro, com direito a uma vida social, económica e familiar, estável e com qualidade, razão pela qual se manifestavam e lutavam para que a legislação apropriada fosse publicada.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, fundada em 14 de maio de 1974, é uma Associação livre e independente, que tem como missão assegurar os direitos dos Deficientes Militares, reivindicando e desenvolvendo condições que possibilitem o pleno exercício da cidadania. É um percurso de vida de 52 anos, pleno de atividade cívica e interventiva de que muito beneficiou a sociedade civil, pelo exemplo de superação dado pelos Deficientes Militares e pela nova forma de encarar a problemática da deficiência, estimulando e inspirando o mundo associativo. A história da ADFA, a história e o percurso de vida dos Deficientes Militares, os “filhos da guerra” do Portugal recente, é tão rica e tão vasta que constitui um precioso legado histórico, cultural e social que importa estudar e preservar, para que dele beneficiem a sociedade e as novas gerações. Para finalizar, permito-me citar o grande historiador Marc Bloch: “Os textos e os documentos, mesmo os mais claros na aparência, só falam quando se sabe interrogá-los.” “As causas em História, como de resto em qualquer outro domínio, não se postulam, investigam-se.”

Pel’ A Direcção Nacional da ADFA,
António M. P. Neves (Presidente)

Encontro com o professor Sena Martins

A convite do presidente da Direcção Nacional, o professor Sena Martins, da Universidade de Coimbra, deslocou-se à Sede da ADFA, no dia 12 de Junho, para uma reunião sobre o legado. Para além do presidente da Direcção, estiveram presentes quatro elementos do Grupo de Trabalho.

A série de encontros previstos com estudiosos da área da deficiência iniciou-se com o professor Sena Martins por ser o investigador português com mais trabalhos realizados e publicados sobre deficientes, incluindo os deficientes das Forças Armadas. E também pela relação afectiva resultante da já longa colaboração com a ADFA. Estes contactos com os investigadores têm três objectivos: dar-lhes a conhecer a dimensão do património imaterial da ADFA; realçar

a importância do trabalho realizado pela Associação na inauguração e consolidação de uma nova fase da integração social dos deficientes; motivá-los para levarem em consideração a experiência dos deficientes das Forças Armadas numa nova abordagem da deficiência – valorização das dinâmicas de vida, pessoal e associativa, e dos efeitos sociais, em substituição da concepção dos deficientes como objetos de estudo estáticos e passivos.

Neste encontro, o professor Sena Martins salientou o papel histórico da ADFA em três domínios – guerra, democracia e deficiência –, acrescentando que há um antes e um depois da ADFA. Reconheceu o valor do trabalho já realizado, que deve ser aprofundado, através da identificação de fontes e recolha de testemunhos, sob orientação especializada. Ele próprio pode-

rá vir a disponibilizar a sua colaboração nesse sentido. Para além da caracterização do património imaterial, já esboçada no documento em construção, ao qual previamente teve acesso, é, no seu entender, importante encontrar as melhores formas de transmissão e divulgação.

Para completar o trabalho iniciado e dar-lhe credibilidade científica, é de encargar a possibilidade de formulação de um projecto de investigação e da sua apresentação a uma entidade financiadora.

As capacidades internas, de trabalho e financeiras, são limitadas. Só os recursos constituídos pelas vivências e experiências acumuladas é que são ilimitados. Há que explorá-los e dá-los a conhecer, mas com urgência, porque são esgotáveis.

O Grupo de Trabalho

Património imaterial da ADFA visto de dentro e de fora

O Grupo de Trabalho restrito sobre o legado da ADFA realizou mais uma reunião, no dia 2 de Junho, com a presença e participação do presidente da Direcção Nacional. Esteve também presente o editor do ELO.

Nesta reunião foi feita uma primeira abordagem à proposta apresentada pelo associado Manuel Bastos (membro do Grupo de Trabalho) sobre a instituição do Dia Nacional da Vítima de Guerra. Posterior aprofundamento poderá levar à adopção desta proposta pela ADFA; seria depois apresentada à Assembleia da República. Esta iniciativa está em consonância com a auto-definição da ADFA – *força justa da vítimas de uma guerra injusta* – e constitui uma resposta ao apagamento público do conceito de deficientes das Forças Armadas pelo de antigos combatentes.

Deu-se início, de acordo com o cronograma estabelecido, à discussão do levantamento do património material da ADFA, muito particularmente dos bens de raiz. Foi criado um subgrupo para, em articulação com a Direcção Nacional e as Delegações, realizar essa tarefa. Os dois tipos de património – material e imaterial – são indissociáveis: quando chegar o momento de procurar encontrar uma solução jurídica futura da Associação, o valor da herança cultural também dependerá do suporte material que a acompanhe.

Foi preparada a reunião do grupo alargado, a realizar em 25 de Junho. A deslocação de muitos dos elementos convocados, pela idade e por razões de saúde, já não é fácil; mesmo assim, foi decidido fazer um apelo à mobilização, lembrando a militância passada. Espera-se que a reunião de 25 de Junho venha a constituir um novo impulso neste trabalho de inventariação dos bens imateriais da ADFA e determinação das formas da sua transmissão.

O documento “*legado da ADFA*”, um texto em construção, tem vindo, reunião após reunião, a ser ampliado. Pretende-se que os traços caracterizadores

do património imaterial da Associação sejam fundamentados através de meios documentais e bibliográficos. Para além da remissão de cada um dos traços para esses meios, o documento é desde logo acompanhado de um conjunto de textos relevantes e elucidativos. O seu número, em crescendo, levará, em princípio, à criação de uma antologia, constituída sobretudo por textos surgidos após a publicação do livro da Associação (2017).

Nos últimos números do ELO demos conta dos dois primeiros textos seleccionados – da associada Maria Leonarda Tavares e de Sophia de Mello Breyner Andresen. A estes juntam-se agora mais quatro textos: um excerto de um livro recente do associado Manuel Bastos, a comunicação de Adalberto Fernandes nos 50 anos da publicação do DL 43/76, a alocução do então presidente do Conselho Fiscal, António Neves, na Sessão Solene do 50.º Aniversário da ADFA, e a intervenção do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na mesma Sessão Solene.

O livro do Bastos – “*Memória a Fogo – a vida com uma guerra ao fundo*” (2026) é mais do que um livro de memórias factuais da guerra, é de *«algo que não aconteceu senão no nosso íntimo»*. Trata-se de uma obra literária onde realidade e ficção se entrelaçam e as identidades de autor, narrador e personagem comutam. A escrita iterativa prende e contagia; lê-se e sente-se como se vivido. Do espaço destrutivo da guerra, distante mas sempre presente, há a passagem para o espaço reconstrutivo da ADFA, onde se trava a batalha *«pela dignidade»*, pela *«liberdade de ser»*, pela *«nova ordem social»*: *«Assim nasce a ADFA, que é mais que uma entidade colectiva: é um corpo de camaradagem, uma família solidária, um regimento de combate contra a indiferença, o falso humanitarismo da caridade, o egoísmo e a desumanidade. A ADFA vem representar os militares feridos em contexto de guerra, mas fá-lo não como exalta-*

ção da figura do guerreiro, e sim como reconhecimento da sua condição de vítima.»

Adalberto Fernandes é um técnico superior da reabilitação, um profundo conhecedor e impulsionador da política nacional de reabilitação lançada em 1977. Investido da sua autoridade e do seu saber, veio, na comemoração dos 50 anos do DL 43/76, dar vivo testemunho da acção da ADFA nesse passado distante (reproduzido no ELO de Fevereiro de 2026): *«E recordo-me, pela minha trajectória pessoal, do vigor e da dinâmica da ADFA, no Conselho Nacional de Reabilitação, que, na orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, era um órgão muito importante, uma espécie de parlamento, com a composição dos dirigentes do movimento associativo e dos representantes governamentais.»* *«Algo de muito importante foi o dinamismo que a ADFA provocou na sociedade civil, com a criação de novas organizações não-governamentais.»* *«Digamos que a paternidade deste novo movimento associativo é uma paternidade com a marca da ADFA.»*

A alocução do presidente do Conselho Fiscal Nacional, António Neves (actualmente presidente da Direcção Nacional), na Sessão Solene do 50.º Aniversário da ADFA (reproduzida no ELO de Junho de 2024) centrou-se na questão da deficiência – da experiência vivida e dos efeitos produzidos: *«Quantos de nós tivemos que ouvir, ao descer ali a Avenida da Liberdade, quando nos permitimos dar uma volta cá fora, tivemos que ouvir “ai coitadinho, antes Deus Nosso Senhor o levasse”.»* *«E, 50 anos depois, olhando aqui do cimo da montanha, olhando lá para baixo e vendo o percurso que fizemos, todos nós, e a ADFA em si, temos a consciência de que o nosso contributo para a sociedade portuguesa foi muito maior, muito mais amplo do que a luta que nós fizemos para nós próprios. Nós contribuimos para o arejar das mentalidades, uma mudança de paradigma, uma mudança de comportamento para os cida-*



dãos com deficiência.» Nesta Sessão Solene, face ao teor da intervenção de António Neves, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, pôs de lado o discurso preparado, certamente na linha dos discursos anteriormente proferidos na ADFA, e fez uma intervenção dirigida ao âmago do património imaterial da Associação (reproduzida no ELO de Junho de 2024): «Eu tinha preparada uma intervenção escrita em que falava, de início, da honra institucional e pessoal e do sentido de justiça desta cerimónia e também do sentido de solidariedade que ela transporta consi-

go.» «Mas, ao ouvir, aqui, pelas palavras dos vossos dirigentes, a história, a saga desta Associação, mais senti a necessidade de sublinhar três ou quatro pontos fundamentais que representam um contributo único para a história do nosso País.» «Foi muito mais do que uma luta reivindicativa ao longo de décadas.» «Foi o contributo para a mudança de mentalidade na sociedade portuguesa.» «A viragem que se dá depois do 25 de Abril, é uma viragem cultural, e nessa viragem cultural, o papel da ADFA é crucial.» «E agora, para cobrir tudo isso, e de algum modo abarcar aque-

le mundo que conheceu e aquele mundo que tanto vos deve, eu vou entregar-vos a insígnia de Membro Honorário da Ordem do Infante Dom Henrique.»

Aqui temos o património imaterial da ADFA visto de dentro, pelos associados Manuel Bastos e António Neves, e de fora, por Adalberto Fernandes e pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa. Sentido de dentro e observado de fora, o legado da ADFA adquire genuína consistência.

O Grupo de Trabalho

A ADFA num momento histórico decisivo

No debate sobre o legado da Associação aos vindouros, uma reflexão sobre o papel incontornável da memória e dos testemunhos, na afirmação do que pretendemos deixar aos vindouros

A ADFA nasceu em 14 de Maio de 1974, no contexto das profundas transformações políticas e sociais que se seguiram à *Revolução dos Cravos*. Foi criada por militares que regressaram da Guerra Colonial com deficiências permanentes, determinados a afirmar a sua dignidade, a defender os seus direitos e a construir uma rede de solidariedade entre camaradas que partilhavam experiências e sacrifícios semelhantes.

Mais de meio século depois, a Associação enfrenta uma realidade inevitável: o envelhecimento progressivo dos seus associados fundadores e da geração que viveu diretamente os acontecimentos da guerra. Com uma média de idades elevada, torna-se cada vez mais evidente que a ADFA atravessa uma fase decisiva da sua história. Esta fase não representa apenas o encerramento natural de um ciclo geracional, mas coloca também novos desafios à preservação da memória e à continuidade institucional da Associação.

Memória e história

A preservação da memória histórica assume, neste contexto, um valor essencial. Os testemunhos dos associados da ADFA constituem um património humano e histórico de grande importância para a compreensão de um período marcante da história contemporânea de Portugal. As experiências vividas por estes militares – no campo de batalha, no regresso à vida civil e na luta pelo reconhecimento dos seus direitos — representam uma memória colectiva que não deve desaparecer com o passar das gerações.

Preservar essa memória significa recolher, organizar e divulgar histórias de vida, documentos, fotografias e testemunhos que permitam às gerações futuras compreender o impacto humano da guerra e o percurso de luta e solidariedade que deu origem à ADFA. Significa também reconhecer o papel que a Associação desempenhou na afirmação dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas e na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Paralelamente, coloca-se a questão da continuidade institucional após o desaparecimento da geração fundadora. A ADFA não é apenas uma estrutura associativa criada para responder a necessidades imediatas do passado; é também uma Instituição com um legado moral, histórico, social e solidário que merece ser preservado e transmitido.

Passados mais de 50 anos da Guerra Colonial em que participámos, é justo e necessário reconhecer o esforço de todos os ex-combatentes. No entanto, esse desígnio não poderá ser à custa do apagamento daqueles ex-combatentes cuja particularidade é terem ficado deficientes. A ADFA, como entidade agregadora e verdadeira representante dos deficientes militares, na esmagadora maioria, em resultado do cumprimento do serviço militar obrigatório, irá continuar a estar atenta. E, nestes tempos de incerteza dos conflitos internacionais, tem de continuar a alertar os representantes do Estado Português, nos diferentes domínios, bem como a sociedade em que vivemos que, passados 52 anos do termo das guerras nas ex-colónias, os milhares de jovens dessa época continuam a sofrer, no corpo e na alma, por se terem tornado deficientes. Nem o Estado Português nem a nossa sociedade poderá esquecer-los, na idade em que o peso da deficiência é factor agravante.

Perenidade

Garantir a sua continuidade implica refletir sobre novas formas de manter viva a missão da Associação, adaptando-a às mudanças do tempo sem perder os valores que estiveram na sua origem.

Essa continuidade pode passar por reforçar o papel da ADFA como guardião da memória histórica dos Deficientes das Forças Armadas, promovendo iniciativas de investigação, publicação e divulgação pública que valorizem o testemunho dos seus associados. Pode igualmente envolver uma maior aproximação à sociedade civil, às instituições académicas e culturais, bem como às famílias dos associados, assegurando que o legado da Associação não se limita à geração que a fundou.

Mais do que uma questão administrativa, a continuidade institucional da ADFA representa um compromisso com a história e com a memória daqueles que serviram o País em circunstâncias difíceis e que, mesmo perante a adversidade, tiveram a coragem de se unir para defender os seus direitos e a sua dignidade.

Preservar a memória e assegurar a continuidade da ADFA é, em última análise, uma forma de honrar todos os que contribuíram para a sua existência e garantir que o seu exemplo de solidariedade, resistência e cidadania permaneça vivo na consciência colectiva da sociedade portuguesa.

Testemunho insubstituível

Neste contexto, a ADFA deixa de ser apenas uma organização representativa de interesses específicos para se afirmar, de forma crescente, como depositária de um património histórico, humano e moral de relevância nacional e internacional. Os testemunhos dos seus associados constituem um acervo único, insubstituível, que documenta não apenas a experiência da guerra, mas também o percurso de luta cívica que contribuiu para o reconhecimento dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas em Portugal.

Importa sublinhar que este património imaterial não se encontra plenamente fixado em registos formais. Ele reside, em grande medida, na memória viva dos associados – uma memória que, se não for devidamente recolhida, organizada e preservada, corre o risco de se perder de forma definitiva.

É, portanto, neste momento que se coloca à ADFA um desafio de natureza estrutural e estratégica: assegurar a transição de uma Associação assente numa geração fundadora para uma Instituição com vocação duradoura, capaz de preservar, valorizar e transmitir o seu legado às gerações futuras.

Tal transição implica uma redefinição do seu papel, que poderá passar pela afirmação da ADFA como Fundação ou Centro de Memória, entidade de referência no estudo da experiência dos deficientes militares e agente activo na divulgação de valores de cidadania, solidariedade e responsabilidade colectiva.

Oportunidade

Perante esta realidade, o momento presente deve ser entendido não apenas como o encerramento de um ciclo, mas sobretudo como uma oportunidade. Uma oportunidade para consolidar a memória, para reforçar o reconhecimento público e projectar no futuro os valores que estiveram na origem da Associação.

A forma como a ADFA responder a este desafio determinará, em larga medida, o lugar que ocupará na história de Portugal: se como uma Organização que cumpriu o seu tempo, ou como uma Instituição que soube transformar a sua experiência num legado permanente ao serviço da memória, da dignidade e da cidadania.

*Este texto foi preparado com base em recolha de informação pela Inteligência Artificial

Por Liakatali Fakir



DESAFIOS LÓGICOS, MATEMÁTICOS E OUTROS

Por Alberto Casais

Pai e três filhas

Dois amigos encontraram-se, após longos anos sem se verem.

Depois dos abraços e das perguntas rotineiras, vem a clássica pergunta:

António (A): Então, filhos, quantos tens?

Manuel (M): Tenho três filhas.

A: Que idades têm?

M: Olha, o produto das idades delas é 36.

A: Pois, mas isso é pouco.

M: Tens razão; a soma das idades é o número daquela porta.

A: Depois de pensar e fazer uns cálculos diz - É insuficiente; tens de dar-me mais informação.

M: Claro, tens razão - a mais velha toca piano.

Depois do António ter confirmado as idades com o amigo, despediram-se.

Pergunta: quais são as idades das três meninas?

No próximo número do ELO, darei a resposta e apresentarei outra questão.

Solução do desafio da edição anterior

10 sacos

Começamos por numerar os sacos de 1 até 10.

Do saco n.º 1 tiramos uma moeda;

Do saco n.º 2 tiramos duas moedas;

Do saco n.º 3 tiramos três moedas;

Do saco n.º 4 tiramos quatro moedas;

E assim se vai procedendo, tirando de cada saco o número de moedas igual ao número do saco.

No final, ficamos com:

$1+2+3+4+5+6+7+8+9+10 = 55$ moedas.

Se as moedas fossem todas verdadeiras elas pesariam: $55 \times 10 \text{ gr} = 550 \text{ gr}$.

Procedamos, agora, à pesagem e verifiquemos qual o valor que a balança indica.

Imaginemos que a balança indica o peso de 541gr.; logo faltam 9 gramas.

Como a diferença entra as moedas verdadeiras - 10gr - e as falsas - 9gr - é de 1gr, significa que os nove gramas que faltam se devem a nove moedas.

Então o saco de onde se tiraram nove moedas foi o saco 9: fica resolvido o problema.

Podem experimentar com outros valores, tendo em atenção que o máximo que pode faltar no peso é 10 gramas.

Dia Nacional da Vítima de Guerra (I)

A nossa frase de bandeira, a nossa máxima identitária, o nosso grito de luta — *A luta justa das vítimas de uma guerra injusta* [No original, *A força justa das vítimas de uma guerra injusta*] — não é um ornamento retórico nem um *slogan* de circunstância. É o pulso, o coração da nossa cultura associativa. Contudo, o seu sentido mais óbvio e literal não se oferece de imediato a todos os que a lêem; as palavras revelam-se conforme o modo como as vivemos.

A ADFA, na imaginação, no discurso e nas acções de alguns indecisos, oscila entre a imagem de uma comunidade de ex-combatentes e a de uma Associação de vítimas de guerra. Essa oscilação não é irrelevante: tudo pode — e deve — ser questionado quando se cultiva um espírito crítico e desperto. E é então que surge a pergunta que inquieta: pode o agente de um acto violento ser também vítima desse mesmo acto?

A resposta começa pela própria frase identitária. Se dissesse apenas que a ADFA é “*a luta justa contra uma*

guerra injusta”, perder-se-ia o sujeito histórico dessa luta. Se afirmasse “*a luta justa dos deficientes de uma guerra injusta*”, faltaria o fundamento sólido para reivindicar justiça. A palavra “*vítimas*” não é um adjetivo moral: é uma categoria jurídica com consequências concretas — define direitos, legitima reparações e estabelece responsabilidades do Estado.

Ora, os ex-combatentes e os heróis raramente recebem indemnizações pelas lesões sofridas; as vítimas, sim. E foi apenas porque nos apresentámos como vítimas que a reivindicação de uma reparação pecuniária com carácter indemnizatório encontrou terreno fértil para prevalecer. A injustiça da guerra — reconhecida internacionalmente e assumida hoje pela memória colectiva — é, por isso, o terceiro elemento essencial da frase. Sem injustiça não há vítima; há apenas combatente. Com injustiça, o combatente ferido torna-se vítima de uma decisão política que o ultrapassou.

Para aceitar combater numa guerra que o mundo reconhecia como injusta, o soldado sofreu antes de tudo

uma agressão moral: a censura e, com ela, todo o aparelho ideológico do Estado, que lhe moldou o ser para que aceitasse sacrificar-se pelos desígnios de uma pátria que lhe impunha valores já então reprováveis e hoje inquestionavelmente condenáveis à luz da consciência democrática. Essa agressão moral antecede a lesão física; é ela que reforça a condição de vítima quando o soldado tomba em combate ou se fere na instrução. Se a guerra em que combatemos tivesse sido uma exigência da justiça e da humanidade, não teria havido dano moral — e seríamos todos heróis. Mas não o foi. E é nesse intervalo entre o que deveria ter sido e o que foi que nasce a nossa condição de vítimas de um destino imposto. Este quadro configura uma forma de coerção moral que precede a agressão física e a amplifica. Daqui resulta que a ADFA não é apenas uma Associação de ex-combatentes, nem apenas uma Associação de pessoas com deficiência: é, antes de tudo, uma Associação de vítimas de guerra.

Manuel Bastos, associado n.º 1.312

O Verdadeiro Milagre

Todos os leitores deste jornal tomaram conhecimento do artigo publicado na Revista Portuguesa de História Militar, no passado mês de Dezembro.

O facto de ter sido casada com um grande deficiente obriga-me também a condenar veementemente a citação infeliz do doutor Henrique da Costa Ferreira. Por vezes a agressão é uma linguagem destinada a abrir uma ferida, não necessariamente por um acto deliberado, mas para dissimular registos de uma história atravessada de bloqueios ou qualquer outro sentimento. É importante guardar o passado, porém, dado que tudo tinha sido esclarecido, em devido tempo, trata-se duma agressão injustificada.

Tácito, historiador romano, que viveu há cerca de dois mil anos, escreveu: “*A verdade consolida-se com a investigação e a demora; a falsidade, com a pressa e a incerteza*”. Neste caso não se trata de um julgamento precipitado. Já passaram mais de 50 anos.

Contudo, há pessoas que vêm de fora e convencem-se que viram tudo. E emitem despidoradamente uma sentença de condenação. É um jogo de muito mau gosto, para quem o descreve desse modo, admitir que há quem brinque aos deficientes. Não humilha os deficientes porque eles atingiram um patamar superior. É depreciativo para quem pretende desvalorizar pessoas dignas e merecedoras de muito respeito. Os DFA começaram por falar de feridas; são feitos de muitas lágrimas. Através delas contaram a sua história. Porém, conseguiram alcançar a linguagem das estrelas. Isso talvez incomode existências medíocres. Comecei por um falso milagre, mas, na verdade, nos últimos anos, estamos realmente a assistir a um acontecimento extraordinário e inexplicável. Outro milagre. Todas as mazelas dos DFA estão a desaparecer. Só existem ex-combatentes. Os problemas que nos acompanharam durante grande parte das nossas vidas, até aos gritos do mais fundo da alma, estão a tornar-se, neste final, inaudíveis.

Contudo, a soma dos nossos caminhos, das nossas realizações e fracassos, atiram-nos para mais longe; projectam o nosso viver para um legado futuro. Percebemos que alcançamos algo maior do que nós e para além de nós. A forma como passámos pela vida uns dos outros, como construímos uma existência feita de amizade, de trabalho, de luta e de superação: isto sim, é o nosso grande e verdadeiro milagre. Feito de tantas histórias, fragmentos de vida e partilhas. Uma viagem rica em descobertas e combates.

Nesta fase de um trabalho criativo e de pesquisa, em que, para além de cuidarmos de nós, zelamos pelo amanhã, a ADFA tem revelado a sua capacidade de adaptação aos desafios que lhe são colocados.

Há uma citação apócrifa de que gosto muito: “*Somos todos anjos de uma asa só, e só podemos voar quando abraçados uns aos outros*”.

Maria Leonarda Tavares, associada n.º 18.229

Todos temos direito a falar

Para mim, Mário Vicente Cornélio, associado n.º 14.981, conselheiro nacional, este conceito de dividir os deficientes militares em serviço e em campanha foi um subterfúgio do Estado fugir, e ainda hoje, às suas responsabilidades. Há uma coisa que todos nós, mas todos, eu inclusive, esquecemos: é que, na altura em que andámos no Ultramar, existia uma coisa chamada Constituição da República Portuguesa e que esta, no seu artigo 53.º dizia que compete às Forças Armadas, no exercício de missão de soberania: A defesa das fronteiras; A integridade do território; A manutenção da paz e ordem pública, assegurando um clima de segurança e bem-estar. O Governo, pela voz do ministro da Defesa Nacional, considera que é deficiente militar das Forças Armadas todo aquele cidadão que se incapacitou, no cumprimento do serviço militar e na defesa dos Interesses da Pátria, e adquiriu uma diminuição

na capacidade geral de ganho, diminuição das possibilidades de trabalho para angariar meios de subsistência, em resultado de acidente e/ou doença.

Esta definição/conceito surge com o actual ministro da Defesa Nacional.

Qual o motivo de não se passar a teoria à prática?

Porque não reconhecer, de uma vez por todas, que apenas existem deficientes militares que se deficientaram no cumprimento de missão de soberania, de acordo com a CRP de 1933, na defesa da integridade do território da nação e dos interesses da Pátria?

Estou mesmo a ver os supostos “Defensores da Pátria” virem alegar que tal coisa exigirá uma verba tal que o ministro das Finanças vai dizer que não há verba.

Muito bem, e assim vamos empurrando o problema com a barriga e esperamos que tudo acabe.

Mas, e se nós exigirmos a definição única de deficiente militar?

E se nós exigirmos a reconstituição da carreira militar, via aplicação da promoção por escalões?

E se nós exigirmos a aplicação dos Decretos-Lei 408/90 e 307/91 e o descongelamento das progressões?

E se nós exigirmos a aplicação, na íntegra, do DL 98/82, que alarga as promoções na horizontal, por escalões aos Deficientes das Forças Armadas?

Pois é, temos todo o direito de estarmos a última posição do nosso posto no activo. Quer seja praça ou oficial! Das posições actuais até à última posição, as diferenças rondam os 300,00€ por mês e por DFA.

Vamos entrar de férias e, aproveitando esta pausa, desafio-vos a pensar se não deveríamos exigir tudo o atrás descrito, mas actualizado, em Janeiro de 2027.

Dar tempo a que a DN diga de sua justiça.

Pessoalmente, considero que todos temos direito a falar.

Mário Cornélio, associado n.º 14.981

O fim dos empregos



O economista e escritor americano Jeremy Rifkin publicou, originalmente em 1996, o livro “*O Fim dos Empregos*”, com uma nova edição em 2004, no qual previa o crescente declínio dos empregos, a par do desenvolvimento dos três pilares principais por ele considerados, *Comunicações, Energia e Transportes*, que se entrelaçam. Desde 1957, a exploração espacial abriu uma nova era no conhecimento científico e tecnológico – fruto da concorrência americana e soviética – que levou ao desenvolvimento da meteorologia, da geodesia, das telecomunicações, da televisão, dos computadores, dos satélites, da robótica, da automação e várias outras ciências. Desde 1960 têm sido lançados diferentes tipos de satélites que actuam como espelhos, recebendo e retransmitindo sinais de voz, dados e televisão para as antenas terrestres, essenciais para zonas remotas terrestres, marítimas e aéreas, complementando os cabos submarinos. A tecnologia dos satélites evoluiu de grandes satélites de difusão para constelações em órbita baixa (cerca de 550 Km da Terra) que permitem a Internet a alta velocidade e baixa latência (resposta rápida) a nível global – a constelação *Starlink* da *SpaceX* tem mais de 10 mil satélites e planos, para crescer quatro vezes mais – bem como para a observação da Terra e dos oceanos.

As infraestruturas de transportes e comunicações, incluindo os cabos submarinos que ligam regiões remotas, são os motores do desenvolvimento económico e da globalização, facilitando a circulação de dados, a banca digital, a educação e a inovação; encurtam distâncias geográficas, tempo e dinheiro, facilitam a integração económica, social e cultural, bem como a circulação de pessoas, bens, mercadorias, serviços e informações a nível mundial. Os transportes estão, cada vez mais, baseados nos veículos eléctricos, a pilhas de hidrogénio e autónomos (os *robotáxis* são uma realidade crescente em grandes cidades dos Estados Unidos da América, China, Japão, Europa, Emirados Árabes Unidos e outros países). Portugal está bem inserido na eco-

nomia digital devido à sua posição estratégica para a distribuição mundial de internet através dos cabos submarinos. O grande desenvolvimento da robótica e da automação fazem aumentar a produtividade e os lucros das empresas, pois os robôs são comprados e fazem o trabalho de uma ou mais pessoas, não têm férias, não engravidam, não reclamam, não recebem ordenado, não têm descontos, não fazem greve e não têm sindicatos. A reindustrialização, com base em novos robôs, cada vez mais inteligentes, permite aos países ocidentais competir com os baixos salários usados nos países asiáticos e a sua forte robotização.

As universidades e as grandes multinacionais americanas investem grandemente naquela indústria, tornando a robótica altamente sofisticada com a introdução da Inteligência Artificial (IA). Depois dos robôs industriais, apareceram os robôs humanoides, que podem trabalhar ao lado das pessoas ou ocupar o lugar delas nos mais variados serviços. A *Tesla* vai investir mais de 25 mil milhões de dólares em IA e robótica, em 2026, triplicando o investimento anterior em humanoides. A consultora *McKinsey* diz que a automação e a robótica podem causar mais de 50 milhões de desempregados na Europa na próxima década.

Já existem fábricas a operar sem pessoas, as chamadas “*fábricas escuras*” por não necessitarem de luz nem climatização para trabalhar, uma vez que os robôs operam 24 horas por dia e sete dias por semana; outras utilizam os robôs humanoides com IA para tomar decisões na linha de montagem ou trabalhar ao lado das pessoas, designados por “*cobots*”, para aumentar a eficiência. Na *BMW*, os humanoides trabalham, em turnos de 10 horas, na produção de carroçarias. O mercado dos humanoides está em crescimento exponencial, pois está a ser muito adoptado o modelo híbrido de cooperação homem-máquina, principalmente na Ásia.

A *XIAOMI* inaugurou uma fábrica inteligente, perto de Pequim, que trabalha 24 horas por dia, sem intervenção de pessoas na produção de um *smartphone* por segundo, com robôs, IA e automação dos sistemas logísticos. Em Lisboa está a funcionar um supermercado

sem pessoas, com robots, IA, sensores, câmaras e sem leitores de cartões. Os carros autónomos trabalham sem motoristas. Cada vez há menos colaboradores na indústria financeira com a digitalização dos serviços, a IA e a automação. Os drones são uma realidade na entrega de compras e estão ao serviço de uma boa parte das guerras. A IA actua como motor da inovação e da produtividade no desenvolvimento económico, embora traga consigo o desemprego e requalificação profissional, a exigência de super computadores para tratar grande quantidade de dados (*Big Data*), muita energia, cabos submarinos e outras infraestruturas. Os *Big Data* são grandes quantidades de dados em volume, variedade e velocidade que provêm de múltiplas fontes mundiais e que podem causar problemas de processamento, análise e armazenamento.

A Energia é o motor principal do desenvolvimento industrial, tecnológico e social. Embora estejamos numa fase de transição para as fontes renováveis, o mundo ainda depende muito dos combustíveis fósseis a preços acessíveis. A crise no Médio Oriente vai demorar muito tempo até voltar ao normal, provocando grande inflação e desaceleração económica mundial, porque foram danificadas ou destruídas muitas instalações de energia, petróleo, gás, gasodutos, fertilizantes e outros produtos, afectando muitos países.

Segundo a consultora *Montel*, a Europa bateu o recorde de produção de electricidade com energias renováveis no primeiro trimestre de 2026. Foi a energia eólica a que mais contribuiu para o aumento de 22% em relação ao mesmo período anterior, seguida da hidráulica e solar, ajudando a mitigar o défice provocado pelo conflito do Médio Oriente.

A injustiça social vai provocar grande instabilidade entre as populações, onde há tantos com tão pouco, muitos sem trabalho e habitação, e o grosso dos rendimentos nas mãos de uma minoria. Os governantes terão de repensar a distribuição do trabalho e dos rendimentos num mundo em que os seres humanos falam pouco entre si, muito com as máquinas e muito mais máquinas com máquinas.

António Capela Gordo

Nutrição

Fome física vs fome emocional

No presente artigo iremos incidir sobre um tema possivelmente subvalorizado: a identificação do tipo de fome que sentimos: será física/fisiológica ou será emocional?

Sabemos que a alimentação não serve exclusivamente para fornecer energia e nutrientes ao organismo. Muitas vezes, comemos porque sentimos efectivamente fome. Noutras vezes, procuramos alimentos como fonte de prazer, de recompensa e de conforto. Neste caso, são as emoções que estão a comandar o acto de comer. Se a fome emocional ocorrer com frequência, existe o risco de aumentar a massa gorda corporal, porque os alimentos que se procuraram em tais momentos tendem a ser açucarados, ricos em gordura e em sal, o que, a médio prazo, poderá prejudicar a saúde.

Assim, torna-se fundamental compreender a diferença entre fome física e fome emocional, de forma a identificar cada uma delas para desenvolver estratégias que controlem a fome emocional e, assim, estabelecer uma relação mais equilibrada com a alimentação.

A fome física diz respeito a uma necessidade biológica. Surge gradualmente e manifesta-se através de sinais como o estômago vazio, falta de energia, dificuldade de concentração ou até irritabilidade. Normalmente, aparece várias horas após a última refeição e tendencialmente os alimentos seleccionados estão alinhados com as nossas necessidades, os quais acabam por definir o nosso hábito alimentar. Quando a pessoa come o suficiente, sente saciedade e tende a parar naturalmente. Por outro lado, a fome emocional está relacionada com estados emocionais e não com uma verdadeira



necessidade fisiológica. Pode surgir de forma repentina e intensa, levando à procura específica de alimentos tendencialmente desequilibrados como bolachas, bolos, chocolates, sumos, salgadinhos, batatas fritas... Muitas vezes, este tipo de fome aparece em momentos de ansiedade, stress, tristeza, solidão ou até tédio.

Uma das principais diferenças entre ambas está na urgência. Enquanto a fome física cresce lentamente e até pode ser controlada, a fome emocional parece exigir satisfação imediata. Além disso, mesmo após comer, a pessoa pode continuar insatisfeita emocionalmente, podendo surgir sentimentos de culpa ou frustração.

Algumas estratégias úteis incluem **comer de forma mais consciente, respeitar os horários das refeições,**

evitar longos períodos de jejum e procurar outras formas de gerir as emoções, como praticar exercício físico, conversar ou realizar actividades relaxantes.

A alimentação equilibrada deve promover não apenas saúde física, mas também bem-estar emocional. Reconhecer a diferença entre fome física e emocional ajuda a fazer escolhas mais conscientes e saudáveis, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Se desejar partilhar a sua opinião sobre o tema, envie uma mensagem de correio electrónico para secretaria.porto@adfa.org.pt.

*Ângela Henriques, nutricionista
na Delegação do Porto*

adfacar

UM SERVIÇO AO SEU SERVIÇO

Se pretende comprar automóvel dirija-se à ADFACAR que trata de todos os procedimentos para obtenção de automóvel com isenção.

A ADFACAR também trata de vendas sem isenção.

Pense e compare preços antes de comprar.

Venha conhecer o que a ADFACar tem para si.

MERCEDES | AUDI | SKODA | VOLKSWAGEN | FORD |
CITROËN | BMW | HONDA | TOYOTA | OPEL | PEUGEOT | FIAT

+Info: Alberto Pinto
Tel.: 217 512 640/621 | 217 512 600 | Tlm.: 916 186 540 |
alberto.pinto@adfa-portugal.com

9H ÀS 12H30 E DAS 14H ÀS 18H



PORTE PAGO

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



TAXA PAGA
PORTUGAL
CABO RUIVO

• ORGÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS •

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA | Pessoa Colectiva n.º 500032246 | Email: jornal.elo@adfa-portugal.com | Internet – http://www.adfa-portugal.com • **DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:** Av. Padre Cruz - Edifício ADFA, 1600-560 LISBOA | Telefone: 21 751 26 00
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA / ADMINISTRAÇÃO: António Pereira Neves; José Carlos Pavoeiro; Cândido Patuleia Mendes; Arlindo dos Santos. • **REDACÇÃO:** Director: José Diniz; Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521); Fotojornalista: Farinho Lopes (cart. prof. 4144); **Coordenação Gráfica:** Ivo Mendes •
CORRESPONDENTES: Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Manuel Paiva (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Aníques Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), Direcção Nacional (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)
COLABORADORES PERMANENTES: António Cardoso (Informática); Helena Afonso (Legislação); Augusto Silva (Museu da Guerra Colonial); Jerónimo Sousa (CRPG/ PADM); Paula Afonso (DDIP); Vanessa Braga (Gabinete dos Órgãos Sociais); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Ângela Henriques (Saúde e Bem-Estar);
Ariadne Pignaton (Memória e Património); António Capela Gordo (Ciência e Tecnologia) | Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das Direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.
Assinaturas e Publicidade: Fax: 21 751 26 10 | **Impressão:** FIG - Indústrias Gráficas, S.A. - Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra - E-mail: fig@fig.pt - Tel.: 239 999 922 | **Registo da Publicação na ERC:** 105068/77 Depósito Legal – 99595/96 | **Assinatura Anual:** 7,00 euros. | **Tiragem deste número:** 7500 ex.

Reunião de trabalho

Direcção-Geral de Recursos Humanos e da Defesa Nacional

No dia 3 de Junho, a Direcção Nacional da ADFA participou numa reunião de trabalho com a Direcção-Geral de Recursos Humanos e da Defesa Nacional (DGRHDN), nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa. Representaram a ADFA o presidente e o tesoureiro da DN, António Pereira Neves e Cândido Patuleia Mendes, assessorados pela jurista Helena Afonso e pela técnica de serviço social Sara Santos. A Associação foi recebida pelo director-geral, MGen Rui Tendeiro, decorrendo a reunião sob orientação de subdirector-geral Pedro Vieira, contando também com a presença do director de serviços José Pessanha dos Santos. Esta reunião com a equipa da DGRHDN foi agendada logo após a cerimónia comemorativa do 52.º Aniversário da ADFA, e versou

sobre o Caderno Reivindicativo da Associação, que foi analisado ponto a ponto.

“Os nossos interlocutores assumiram a justiça das pretensões da ADFA e revelaram interesse em levar o Caderno Reivindicativo por diante”, salientou o presidente da DN, acrescentando que “garantiram que iriam fazer chegar o documento ao ministro da Defesa Nacional e que iriam trabalhar para que, em 3 de Julho próximo, possa clarificar-se o que vai ser feito a seguir”.

O presidente disse ainda que “ficou expressa a vontade para encontrar soluções para as preocupações manifestadas pela ADFA” e que “a solução deverá ser política”, apesar do carácter jurídico da maioria das reivindicações apresentadas.

RV



FOTO ARQUIVO ELO/ADFA

Redução da actividade laboral da ADFA durante o mês de Agosto

A Direcção Nacional informa que, durante o próximo mês de Agosto, será significativamente reduzido o labor dos serviços da Associação, no período entre os dias 3 e 28. Na altura desse período de férias, unicamente o Gabinete dos Órgãos Sociais Nacionais e a Secretaria da Delegação de Lisboa funcionarão em pleno, encontrando-se os outros serviços encerrados.



ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS
ARMADAS

SERVIÇOS MÉDICOS NACIONAIS

Na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, disponibilizamos consultas de várias especialidades médicas num espaço totalmente acessível, em parceria com o IASFA/ADM.



SAÚDE, CONFIANÇA
E PROXIMIDADE
AO SEU SERVIÇO



ESPECIALIDADES
MÉDICAS



3.ª e 5.ª feira
Medicina Geral
Medicina Dentária



3.ª feira
Psiquiatria



4.ª feira
Medicina Física
e de Reabilitação
Urologia



2.ª a 6.ª feira
Fisioterapia



TELEFONE
217 512 612



TELEMÓVEL
925 987 469



EMAIL
servicos.clinicos@adfa-portugal.com
(Ana Paula)



A ADFA
A APOIAR
OS SEUS



Associação dos Deficientes das Forças Armadas